

SERAFIM LEITE, S. I.

# OS JESUITAS NA VILA DE SÃO PAULO

(SÉCULO XVI)



BX  
3714  
.B7  
L44  
1936

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CULTURA  
SÃO PAULO  
1936



02

3741

.B7

497

1936

to insigne historiador, auctor  
Dr. Rodolfo Garcia,  
— homenagem grata de  
Serafim Leite

S. I.

29/6/1936

rua Maestro Antonio Taborda, 14.

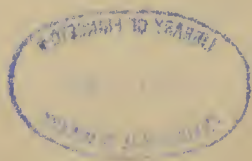
**Os Jesuítas  
na Vila  
de S. Paulo**

(Século XVI)

Serafim Leite, S. I.

(1.º Premio do concurso de Historia  
do Departamento de Cultura em 1935)





O título dêste trabalho por si mesmo o delimita no espaço e no tempo.

Trata da *vila* de S. Paulo, não da *capitania* de S. Vicente. Portanto, Iperoig, Santos, S. Vicente, Itanhaem, Iguape, Cananeia e o avanço para o sul pela costa ou pelo interior, estão fóra do seu âmbito.

A estada dos Jesuítas em S. Paulo coincide com a sua fundação e precede-a. Estudar portanto os Jesuítas em S. Paulo nos primeiros tempos equivale a estudar as suas próprias origens.

E êste é o fundamento da história paulista.

O Autor conhece, e utilizou *data occasione*, a notável bibliografia já existente sôbre esta matéria. Preferiu contudo fazer a revisão das fontes históricas atinentes aos Jesuítas, fundadores de S. Paulo.

Algumas destas fontes conservam-se ainda inéditas e descobriu-as êle-próprio nalguns arquivos da Europa. Procurou examiná-las a todas repousadamente; e, para as interpretar com critério objectivo e surpreender nelas o conteúdo da verdade, desquitou-se quanto possível de correntes pre-estabelecidas.

Trabalhos desta natureza não consentem exuberâncias de estilo. Urge, realmente, antes de dar entrada à retórica e à literatura, que se desbrave o caminho. E depois que venham e corram livremente. Antes, é prematuro. Arriscam-se a seguir, irremediavelmente, rumos, que se distanciem da verdade.



## I — INTRODUÇÃO

Quando os Jesuítas saíram de Lisboa com Tomé de Souza para a obra de colonização e evangelização do Brasil já sabiam que havia algumas povoações de Portuguezes ao norte e ao sul da Baía. Precisamente se fundava a cidade do Salvador, porque além do sítio ser acomodado, ficaria como traço de união na costa imensa entre as vilas de Olinda ao norte e as de Ilheus, Porto Seguro, Espírito Santo, S. Vicente, ao sul.

Ora apenas se estabeleceu na nova capital, o P. Manuel da Nóbrega, superior dos Jesuítas, pensou em fazer beneficiar da actividade dos Padres as diversas Capitánias. A S. Vicente enviou o P. Leonardo Nunes, homem de vastos recursos, seguindo-se-lhe logo o Ir. Diogo Jácome e depois outros, além dos que em breve ali se receberam na Companhia.

A vila de S. Vicente foi fundada por Martim Afonso de Souza, no dia consagrado àquele santo, uma terça-feira, 22 de janeiro de 1532. O cronista desta expedição, irmão do Donatário, Pero Lopes de Sousa, descreve êsse acto desta maneira: "Martim Afonso de Sousa fez uma vila na Ilha de S. Vicente e outra 9 léguas dentro pelo sertão, à borda de um rio que se chama

Piratininga: e repartiu a gente nestas duas vilas e fez nelas officiais: e pôs tudo em boa obra de justiça, de que a gente toda tomou muito consolação, com verem povoar vilas e ter leis e sacrificios e celebrar matrimônios e viverem em comunicação das artes; e ser cada um senhor seu; e (in)vestir as injúrias particulares; e ter todos os outros bens da vida segura e conversável” (1).

Desde a fundação da Vila de S. Vicente à chegada dos Padres vão 18 anos.

Como se vê, logo desde o começo existiram os elementos essenciais para o progresso, que são a religião, a autoridade e a justiça. Mas deviam levar existência precária. A povoação das margens de Piratininga desaparecera; e, no dizer de Anchieta, o P. Leonardo Nunes foi recebido na Capitania de S. Vicente “como um anjo ou apóstolo de Deus; e vivendo eles dantes tão mal ou pior que os brasis, fizeram tão grande mudança de vida que ainda agora se enxerga naquela terra um *nescio quid* de mais virtude, devoção e afeição à Companhia que em toda a costa” (2).

Não generalizava tanto nem a corrupção de costumes nem a conversão Nóbrega quando em 1553 veio à Capitania de S. Vicente.

Em todo o caso vai dizendo que “esta terra está tão estragada que é necessário levar alicerces de novo” (3).

Achou gente de “má qualidade”, diz êle; mas não toda. Distingue-os a questão da liberdade dos índios. Os escravagistas hostilizam-nos quanto podem; os “que estão livres desta praga amam-nos”.

A “terra é a melhor do mundo” (4).

- (1) — Eugênio de Castro, *Diário da Navegação de Pero Lopes de Souza*, p. 340-342, Série Eduardo Prado, Rio, 1927.
- (2) — *Cartas Jesuíticas*, publicadas pela Academia Brasileira de Letras, Coleção Afrânio Peixoto, Rio, 1931-1933. I — *Cartas do Brasil*, de Manuel da Nóbrega, (notas de Vale Cabral e Rodolfo Garcia); citaremos: Nobr., CB; II — *Cartas Avulsas* (notas de Afrânio Peixoto), pp. 98, 515 (citaremos: CA); III — *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e sermões de Joseph de Anchieta* (notas de A. de Alcântara Machado) p. 315 (citaremos, Anch., Cartas).
- (3) — Archivum S. I. Romanum, *Brasília* 3 (1), 97. Todos os códices aqui indicados com a simples anotação de Bras., Lus. etc. pertencem a êsse Arquivo.
- (4) — Bras. 3 (1), 104 - 105.



Esta primeira visão que teve Nóbrega das terras vicentinas é o retrato fiel do que sempre haviam de ser para os jesuítas no decorrer dos anos. Os padres do Espírito Santo lastimavam que aquela Capitania estivesse ao abandono, porque as coisas do Reino iam primeiro a S. Vicente e só depois é que se repartiam por ela (5).

Nóbrega por sua vez escreve que S. Vicente está muito abandonada de El-rei e do Donatário e que era preciso atender mais a esta Capitania: é "mais sã de todas" e dela "se devia fazer mais fundamento do que de nenhuma, porquanto por esta gentili-dade nos podemos estender pela terra dentro" (6).

Esta circunstância local foi bem aproveitada pelos Jesuítas. A rapidez com que se deslocava o P. Leonardo Nunes mereceu-lhe o nome de *Abaré Bêbê*, padre voador. Ia e voltava. Nóbrega tratou de ir e ficar.

Ao Paraguai não o deixaram, como nem a Leonardo Nunes, nem a Luiz da Grã. Mas S. Paulo de Piratininga foi um facto.

## II — FUNDAÇÃO DE S. PAULO DE PIRATININGA

Verificou Nóbrega na vila de S. Vicente que os pais dos meninos, que frequentavam o colégio, viviam quasi todos no interior e iam e vinham a ver os filhos, com grande incómodo. Do campo traziam farinha e outros géneros através da serra difficil. Nóbrega que tirara os meninos de S. Vicente e os colocara "em com o que viu, regiões próprias para a criação do gado e todo o género de cultivos. "É tão bom o mantimento desta terra que não alembra o pão do reino" dirá mais tarde, numa frase expressiva, Baltazar Fernandes (1).

---

(5) — *Ib.*, 110.

(6) — *Ib.*, 96, 98, 110.

---

(1) — *CA*, 483.

Verificou também que era ali “escola para muitas nações de índios”, condição esplêndida para o apostolado directo. Assim, referindo-se mais tarde à fundação de S. Paulo, afirmava o P. Nóbrega que eirara os meninos de S. Vicente e os colocara “em casa de seus pais, em Piratininga, onde por sua contemplação principalmente fiz aquela casa” (2).

E estes motivos de carácter económico e topográfico sugeriram a Nóbrega o estabelecimento ali do colégio. E a estes veio juntar-se ainda um terceiro motivo, mas de carácter interno. Nóbrega compreendia que a convivência dos estudantes e noviços com os colonos de S. Vicente prejudicava a sua formação religiosa e moral. Daqui, a questão dos mamelucos e a necessidade em que se viu de proceder a investigações e até de expulsar alguns. Para evitar a repetição de incidentes tão desagradáveis decidiu fundar casa separada dos colonos. Era medida urgente não só para a formação adequada e robusta dos futuros Jesuitas, como para a imunização dos índios recém-convertidos, enquanto não assimilavam a civilização cristã e se não defendiam por si próprios da cobiça e maus exemplos daqueles que incoerentemente se diziam civilizados. Nóbrega estudou o local, entendeu-se com João Ramalho, conquistou a amizade de Tibiriçá e Caiubi e escolheu sítio junto do Tieté, perto da confluência do Tamanduateí, entre este e o Anhangabaú, posição magnífica, defendida naturalmente das incursões do mar pela serra altíssima, com um clima suave, de ares puros, despejados e largos, que favoreciam o estudo, ou, como escreve António de Matos, *ibi et purius et frigidius coelum quo Minerva gaudet*. (3).

Convidou logo a Caiubi para vir estabelecer-se nas imediações, e com Tibiriçá, morador da terra, tratou de arranjar tudo. É assim, diz Anchieta, “mudou o Padre Manuel da Nóbrega os filhos dos Índios do Campo, a uma povoação nova chamada Piratininga, que os índios faziam, *por ordem do mesmo Padre*, para receberem a fé” (4).

(2) — Archivum S. I. Romanum, Bras. 3 (1), 148; Bras. 15, 116-117; Primeira biografia inédita de José de Anchieta, p. 12; Lisboa, 1934; Vasc., Crón., I, 49.

(3) — António de Matos, De Prime Collegi Fluminis Januarii Institutione, f. 5, ms. n.º 201 do Fondo Gesuitico, Roma, Piazza del Gesù, 45.

(4) — Anch., Cartas, 316.

Três aldeias se queriam juntar numa, escreve Nóbrega, em 12 de junho de 1553; e pouco depois, a 30 de agosto, dá esta notícia fundamental: "*ontem, que foi dia da Degolação de S. João Baptista, vindo a uma aldeia, onde se ajuntam novamente e apartam os que se convertem, e onde pús dois irmãos para os doutrinar, fiz solenemente uns 50 catecúmenos, dos quais tenho boa esperança, de que scrão bons cristãos, e merecerão o baptismo, e será mostrada por obras a fé que recebem agora.* Eu vou adiante, buscar alguns escolhidos, que Nosso Senhor terá entre este gentio: lá andarei até ter novas da Baía, dos Padres que creio serão vindos. Pero Correia foi adiante a denunciar penitência em remissão dos seus pecados" (5).

Esta carta de Nóbrega é a certidão de idade de S. Paulo de Piratininga.

Aquela aldeia, "onde se ajuntam novamente e apartam", não é Maniçoba, como à primeira vista nos pareceu. Porque, precisamente, da povoação, onde fez os catecúmenos, seguiu Nóbrega adiante, até Maniçoba, com o Ir. António Rodrigues, quatro meninos, e alguns índios. Como "guia, e para autorizar os seus ministérios", levou o filho mais velho de João Ramalho.

Não constam os nomes dos dois jesuítas, postos em Piratininga por Nóbrega em 1553. Um talvez fôsse o P. Manuel de Paiva, que depois ficou Superior, parente de João Ramalho, com o qual manteria as boas relações, necessárias para suprimir possíveis atritos com o fogaço guarda-mór do Campo. O outro poderia ser Manuel de Chaves, língua, e já homem feito. São simples conjecturas, ainda que verosímeis.

Tal foi, humildemente, como em geral nas grandes coisas, o primeiro princípio da povoação que havia de adquirir no futuro tão capital importância! Continuando o caminho, Nóbrega foi encontrar-se com Pero Correia ao lugar de Maniçoba (ou Japiúba como também lhe chama Vasconcelos), a 90 milhas dali, ou 35 léguas, no sertão, "junto de um rio donde embarcam para os Carijós", dissimulados pelas margens do Paraná. O sonho de Nóbrega era então o Paraguai. Tomé de Sousa e o Rei de Portugal impediram-lhe a ida. Mas ele, adiantando-se meio século aos bandeirantes, sentia a atracção do Guaiará. Aproximava-se...

---

(5) — Bras. 15, 116; cf. Rev. do Arq. Municipal de São Paulo, II, 45; Rev. da Academia Brasileira de Letras, 160, p. 462.

Ora constando aos índios Guaranís que havia Padres em Maniçoba, começaram a afuir, acompanhados de castelhanos. Mas custou-lhes caro. Os índios Tupis por terem com eles contas antigas a ajustar, ou porque fossem prevenidos pelos Portuguezes, para cortar o passo a tais adventícios, saíram-lhes ao caminho, e destroçaram-nos, sem lhes valerem os Padres. Outros índios vieram depois, com três espanheis, que foram igualmente mortos, excepto um destes, que pôde fugir e acolher-se à protecção dos Jesuitas.

Soube Nóbrega que dois espanhois daquela primeira vinda se conservavam ainda com vida entre os inimigos. "Os quais estavam do lugar onde o Padre o soube 100 léguas; mandou lá um irião que com o favor do senhor, os livrou e trouxe". O cronista deste successo é o Ir. Pero Correia. O lugar onde estavam os espanhois não o conta ele. Simão de Vasconcelos chama-lhe Paranaitú (6).

Nóbrega esperava de Portugal a vinda de alguns Padres e irmãos. Enviou à Baía o P. Leonardo Nunes para trazer os que pudesse, porque pensava então que o colégio principal da Companhia havia de ser na Capitania de S. Vicente (7).

De volta da Baía chegou o P. Nunes no dia 24 de dezembro de 1553, com dois Padres, Afonso Braz e Vicente Rodrigues; e dois Irmãos, José de Anchieta e Gregório Serrão (8). Os dois irmãos vinham de Portugal, doentes, em busca de melhoras. Como sabiam latim, o P. Nóbrega, que os fôra esperar ao desembarque, resolveu confiar-lhes o ensino dessa língua aos que entrassem no Brasil.

Tendo já duas casas, Piratininga e Maniçoba, achou melhor repartir por anbas os Padres e Irmãos, deixando na vila de S. Vicente apenas os Jesuitas estritamente indispensáveis aos ministérios locais.

Assim pois, a seguir às festas do ciclo do Natal, que findam no dia de Reis, puzeram-se a caminho "alguns 12 irmãos, para que estudassem gramática e juntamente servissem de intérprete para

---

(6) — Correia, CA., 138; Vasc., Crón. I, 132.

(7) — História de la Fund. del Col. del Rio de Janeiro, Bras. 12, 49v, em *Annaes da Bibliotheca N. do Rio de Janeiro*, XIX, 125.

(8) — Bras., 3 (1), 111; Vasc., Crón., I, 144.

os índios (9). Chegando a Piratininga acharam casa; e no dia 25 de janeiro de 1554, dia da Conversão de S. Paulo, que ia dar o nome à casa e à terra, "dissemos a primeira missa em este lugar". (10). Quem disse esta primeira missa? Estavam alguns Padres pelo menos dois; e não teria já dito missa ali o P. Nóbrega, no dia 29 de agosto de 1553, quando fez solenemente os cat. cúmenos?

Superior da casa ficou o P. Manuel de Paiva; professor de latim o Ir. José de Anchieta, que tanto havia de encher depois o Brasil com a aura do seu nome. Para Maniçobá foram outros. A 18 de julho de 1554, Pero Correia dá notícia do estado das duas casas ou colégios incipientes: "Pela terra dentro algumas cincoenta léguas, ou mais, também já ha princípio em outro lugar (Maniçoba) onde estão dois Padres e Irmãos e o Ir. Gregorio Serrão com escola de gramática. E José também está com certos estudantes no outro lugar de que acima falei" (Piratininga).

Mestre de Português ou de ler escrever e contar era, neste mês em Piratininga, o Ir. António Rodrigues. Anchieta dirá mais tarde na vida de Gregório Serrão que este também estudou latim em Piratininga e teve escola de meninos em Gerebatiba. Compaginam-se as duas informações, de Pero Correia e José de Anchieta, se em Maniçoba a escola de latim fôsse rudimentar, como de facto era, e em Piratininga, superior. Nada impede que Gregório Serrão, tão doente, verificasse depois a vantagem de aperfeiçoar o seu próprio latim (11).

Aquela carta de Pero Correia, de Julho de 54, é datada de S. Vicente, onde estavam então o P. Manuel da Nóbrega e ele, vindos a despachar o P. Leonardo Nunes, enviado a Lisboa e a Roma, como Procurador da Província do Brasil. Também veio Anchieta como secretário de Nóbrega e estavam prestes a tornar para o Campo (12).

Já existia a êste tempo uma terceira aldeia, onde residiam os Padres Francisco Pires e Vicente Rodrigues e alguns irmãos (13). Deve ser Gerebatiba, perto de S. André, pois vamo-la encontrar daí a pouco expressamente nomeada.

(9) — Anch., Cartas, 316.

(10) — Id., *ib.*, 72, 321; Vasc., Crón., I, 152.

(11) — Bras. 3 (1), 113v; Anch., Cartas, 490.

(12) — Pero Correia, Bras. 3 (1), 114; Anch., Cartas, 63.

(13) — Anch., Cartas, 44.

S. Paulo converteu-se logo no centro destas povoações, incluindo S. André, que havia de assimilar. Daquí a sua população flutuante. Anchieta escreve que chegaram a estar lá mais de vinte: em julho não passavam de oito. (14). Para se chegar àquele número de 20 era mistér incluir os pretendentes à Companhia, ainda não admitidos, como Leonardo do Vale, Gonçalo de Oliveira e outros. O próprio Anchieta, dando o catálogo geral dos Jesuítas do Brasil, em julho de 1554, ainda os não menciona. Em compensação já se encontrava agora em S. Paulo ou imediações o Ir. Gregório Serrão, a quem se refere sem o citar: "Um irmão que chegou de Portugal sofrendo na saúde como vivesse em uma aldeia distante desta nossa 90 milhas (Maniçoba), tendo por alimento diário uma galinha, que com bastante trabalho, e todavia por baixo preço, se ia procurar a diversos lugares, o seu estômago não a podia conservar e logo vomitava; veio para junto de nós e com as paupérrimas comidas, que usamos, se fez mais robusto" (15).

Esta questão do clima deve ter decido da sorte de Maniçoba ou Japiúba.

A distância, a que se encontrava, e a turbulência dos índios fizeram o resto. Desde êste ano em diante não se torna a falar nesta povoação. Teodoro Sampaio, no seu mapa da Capitania de S. Vicente, distingue geograficamente Maniçoba de Japiúba (16). Simão de Vasconcelos diz Maniçoba ou Japiúba e pelo contexto parece que se deve identificar. Gentil de Moura vai mais longe: além desta identificação faz outras: "Biesae, mais tarde Maniçoba e hoje Itú (17).

Culpam alguns a gente de João Ramalho pelo abandono de Maniçoba (18). E' possível que também houvesse algumas intrigas neste sentido. João Ramalho era fronteiro e veria com maus olhos a vinda de carijós e espanhóis. Mas *A História da Fundação do Colégio do Rio de Janeiro* é omissa, e aquelas razões

(14) — Id., *ib.*, 42-43; Vasc., *Crón.*, I, 149.

(15) — Anch., *Cartas*, 44.

(16) — Teodoro Sampaio, *S. Paulo no Tempo de Anchieta*, no *III Centenário de Anchieta*, p. 141, Paris-Lisboa, 1900.

(17) — Cit. por Alfredo Romario Martins em *Caminhos históricos do Paraná* no livro *Cincoentenário da Estrada de Ferro do Paraná*, p. 26, Curitiba, 1935.

(18) — Vasc., *Crón.*, I, 163; Jacques Damien, *Tableau racourci*, p. 111, Tournai, 1642.

são, por si mesmas, suficientes. Piratininga oferecia melhores garantias do que Maniçoba, não só para os estudos como para a segurança e facilidade de comunicações. Os Padres e Irmãos de Maniçoba distribuíram-se por S. Paulo e Gerebatiba e daí a pouco por Iberapoera, onde já existiam alguns Padres e Irmãos em 1556.

De maneira que os núcleos jesuíticos criados no Campo, durante a estada de Nóbrega na Capitania de S. Vicente, foram por sua ordem: Piratininga (agosto de 1553), Maniçoba (setembro), Gerebatiba (junho de 1554?), Iberapoera, pouco depois.

Prevaleceu a todos estes agrupamentos, S. Paulo de Piratininga. E “vai-se fazendo uma formosa povoação”, diz Nóbrega, ainda em 1554 (19).

Impõe-se aqui uma rectificação necessária. Os Jesuítas, ao estabelecerem a sua casa em Piratininga, tiveram simplesmente em vista (com uma visão aliás avançadíssima) ensinar os meninos, e preparar, cómoda, económica e pacificamente, nos proprios locais, os futuros apóstolos da catequese e civilização brasileira, Não se vislumbra, em nenhuma fonte historica, motivo diferente.

Como mistura o Sr. Basílio de Magalhães a fundação de S. Paulo com a intenção de uma exdrúxula grandiosidade de estabelecer uma capital para impérios indigenas? Escreve ele, tratando daquela fundação, que os Jesuítas do Brasil “contavam por seguro formar um império indigena não inferior ao guaranítico do Paraguai, com o qual logo depois de constituido este, presto se puzeram em comunicação (20).

O império guaranítico dos Jesuítas espanhois do Paraguai é uma das grandes lendas do século XVIII. Deixemos o assunto para o seu lugar próprio. Mas uma coisa sabemos já com certeza: é que nada disto podia ser no século XVI; porque precisamente a primeira missão do Paraguai, em 1588, foi feita pelos Jesuítas da Assistencia de Portugal, idos do Brasil. Colocar na origem de S. Paulo uma intenção de semelhança com o inexistente é um rematado contra-senso histórico!

Recordemos o veredicto de Carlos Pereyra: “El Paraguay fue erigido por la Compañia en provincia separada, y las Misiones Jesuíticas del Río de la Plata formaron un cuerpo desligado

(19) — Nóbr., CB, 145.

(20) — Basílio de Magalhães, *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*, p. 107. 2.<sup>a</sup> ed., S. Paulo, 1935.

del Brasil. Este fue el llamado Imperio Jesuitico del Paraguay, mas conocido por las mentiras de una leyenda mañosamente formada, que por los hechos de la realidad establecidos con rigor objetivo" (21).

\* \* \*

Têm procurado os historiadores averiguar quais foram os primeiros jesuitas que estiveram em Piratininga (22):

Simão de Vasconcelos organizou a seguinte lista de *discipulos* de Anchieta. Como certos: Padres Manuel de Paiva, Afonso Braz, Vicente Rodrigues, e Irmãos Pero Correia, Manuel de Chaves, Gregorio Serrão, Diogo Jácome, Leonardo do Vale e Gaspar Lourenço; prováveis: P. Braz Lourenço e Irmãos João Gonçalves e Antonio Blasques (23).

Vasconcelos confunde a qualidade de *fundador* com a de *discipulo*. Destes, em janeiro de 1554, ainda não estavam na Companhia Leonardo do Vale e Gaspar Lourenço; outros dois, Gregorio Serrão e Antonio Blasques, eram professores como Anchieta, e o primeiro foi para Manicoba, com outros irmãos, e o segundo ficou em Porto Seguro (24); os Padres Afonso Braz e Braz Lourenço vieram já sacerdotes de Portugal, onde o P. Afonso Braz entrara na Companhia muito antes de Anchieta. O P. Lourenço ficou aliás no Espírito Santo, e o P. Afonso Braz foi para Piratininga, não como discípulo, mas para construir os edifícios indispensáveis, ocupação em que já se tinha assinalado no Espírito Santo.

Vejam agora o que se pode dar realmente como certo e o que se deve admitir como provável.

(21) — Carlos Pereyra, *Historia de América Española: IV—Las Repúblicas del Plata*, p. 131, Madrid, 1920-1926.

(22) — Cf. A. de Alcântara Machado, *Cartas de Anchieta*, p. 60, nota 33; e *Anchieta na Capitania de S. Vicente*, *Rev. do Inst. H. G. Bras.*, 159, p. 29-30.

(23) — Vasc. *Vida de Anchieta*, p. 21, 40-46, Lisboa, 1672.

(24) — *Bras.* 3 (1), 111.



Em julho de 1554 existiam na Capitania de S. Vicente repartidos por quatro povoações (S. Vicente, Piratininga, Maniçoba e Gerebatiba) 16 jesuítas: Padres Manuel da Nóbrega, Vicente Rodrigues, Afonso Braz, Francisco Pires, Manuel de Paiva; Irmãos: José de Anchieta, Gregorio Serrão, Antonio Rodrigues, Manuel de Chaves, Pero Correia, Diogo Jácome, Mateus Nogueira, João de Sousa, Fabiano de Lucena, Antonio Gonçalves e Gonçalo Antonio (25). Em janeiro ainda estava o P. Leonardo Nunes e não é certo que já estivessem os tres últimos, Fabiano, Gonçalves e Gonçalo. Em Julho morava em Piratininga o P. Nóbrega com sete irmãos, entre os quais Anchieta, Antonio Rodrigues e Mateus Nogueira. Aqueles 12 ou 13, de que falam Anchieta e Vasconcelos, deviam ser todos os que saíram de S. Vicente para o Campo. Por onde se vê, com a falta explicativa de nomes, a dificuldade quasi insuperavel de organizar a lista definitiva dos fundadores (26).

O exame objectivo dos documentos dão-nos estas certezas: no dia 29 de agosto de 1553 andavam no Campo de Piratininga Manuel da Nóbrega e Antonio Rodrigues, e tinha passado pouco antes Pero Correia. No dia 25 de janeiro de 1554 estavam ali os Padres Manuel de Paiva; Afonso Braz e o Ir. José de Anchieta. Estavam mais, evidentemente. Quem eram? Entre os primeiros alunos dos Jesuítas contam-se igualmente alguns jovens que entraram depois na Companhia. Mas onde começaram os estudos no Campo? Em Piratininga? Em Maniçoba? Com José de Anchieta? Com Gregório Serrão?

Conjecturas e probabilidades podem formular-se muitas. E uma delas poderá ser que estivesse ali também, no dia 25 de janeiro de 1554, o P. Manuel da Nóbrega, como superior que era dos Padres do Brasil; e também porque, trabalhando tanto para o colégio de Piratininga e mandando para lá os seus estudantes, custa a crer que se deixasse ficar em S. Vicente, tendo de mais a mais nesta vila um homem da envergadura do P. Leonardo Nunes.

(25) — Anch., Cartas, 37-38.

(26) — A. de Alcântara Machado, *Anchieta na Capitania de S. Vicente*, ib., p. 29, diz que aquele irmão Gonçalo António era António Gonçalo Monteiro. Achamos, de facto, este nome entre os moradores de S. Vicente, mas não nos consta, por documento algum, que tivesse entrado na Companhia. Em compensação conhecemos Gonçalo Alves que Nóbrega faz dialogar como Mateus Nogueira, o ferreiro de Jesus Cristo (Nób. CB, 229). E' fácil haver equívoco entre Alves e António, escritos por abreviatura.

Certo é o seguinte: que a ele se deve, pessoalmente, a escolha do sítio, a primeira casa, os primeiros catequistas, que ali colocou. E também, sob o ponto de vista de apostolado, se não teve as primícias do Campo (estas pertencem a Leonardo Nunes) realizou contudo o primeiro e grande acto solene dos 50 catecúmenos de Piratininga, no dia 29 de agosto de 1553, festa do Santo Precursor, sugestão litúrgica do próximo advento definitivo da civilização cristã nas regiões de S. Paulo.

Por estes títulos Nóbrega é, incontestavelmente, o seu primeiro e principal fundador (27).

### III — EDIFÍCIOS

Os Padres e Irmãos encontraram já casa feita, na qual trabalhara o chefe Tibiriçá com as "suas próprias mãos" (1). Não seriam alheios à feitura desta casa, os dois irmãos que ali deixou Nóbrega em 29 de agosto de 1553. Anchieta descreve-a assim: "desde janeiro até agora estamos, sendo algumas vezes vinte pessoas, em uma casa feita de maneira e palha (noutra carta diz de barro e paus, coberta de palha), a qual terá de comprido 14 passos e 10 de largo, que nos serve de escola, dormitório, refeitório, enfermaria, cosinha e dispensa. E, com recordar-nos que N. S. Jesus Cristo nasceu em um presepe entre dois animais e morreu em outro lugar muito mais estreito, estamos muitos contentes nela e muitas vezes lemos a lição de gramática no campo" (2).

(27) — A vinda de Nóbrega a Piratininga vem já consignada em Polanco, *Chronicon*, III, 472. Afonso de E. Taunay, *S. Paulo no século XVI*, 70, Tours, 1921, aponta a opinião de Capistrano de Abreu, segundo a qual a primeira ideia da fundação de S. Paulo caberia provavelmente a Leonardo Nunes, nascida das suas frequentes incursões serra acima, pertencendo a Manuel da Nóbrega a sua realização. E' uma observação justa. E já se vai generalizando esta verdade. Cf. Pinheiro da Fonseca, *Quelques aperçus sur le Brésil moderne*, p. 19, Bruxelas, 1930.

(1) — Anchieta, *Cartas*, 187.

(2) — Vasconcelos resume da seguinte maneira a carta de Anchieta: "Vem a dizer que dos princípios de janeiro até a feitura daquela (carta), se fez ali uma casinha de torrão e palha" (*Vasc. Vida de Anchieta*, p. 24). Anchieta não escreveu fizesmos: escreveu estamos (*Anch., Cartas*, 73, 43).

No mesmo campo diziam missa os Padres, quando o bom tempo o permitia.

Estes apertos exigiam novas construções; em breve se principiou outra casa, perto da primeira, e todos ajudavam, índios, alunos e mestres. Dirigia os trabalhos o P. Afonso Braz, vindo do Espírito Santo com esse fim expresso. Ele "fazia os petipés, traçava paredes, lavrava madeira com sua enxó na mão, sem que nunca tal officio aprendesse. Ele era juntamente obreiro com os demais, trazendo os cestos de terra às costas, a água da fonte e o mais necessário" (3).

Ao pé da casa ergueu-se a igreja; e ao lado da igreja fez-se em 1561, por ordem do P. Nóbrega, um recolhimento para os irmãos estudantes terem os exercicios próprios do noviciado e juniorado, termo técnico com que se designa o período dos estudos de letras (4).

A êste tempo já se tinha inaugurado a igreja, no dia 1.º de novembro de 1556. (5). O P. Grã, que visitou Piratininga nesse mesmo ano, achou a casa "muito boa e no melhor lugar que se podia escolher" (6).

Com efeito, do alto do colégio dominava-se toda a amplitude da veigã feracíssima, "muito semelhante ao sítio de Évora", observa o alentejano Fernão Cardim, quando passou por S. Paulo em 1585. Todo o edificio era novo, escreve elle, "com um corredor e oito cubículos de taipa, guarnecida de certo barro branco e oficinas bem acomodadas. Uma cêrca grande com muitos marmelos, figos, laranjeiras e outras árvores de espinho, roseiras, cravos vermelhos, cebolas cecém, ervilhas de borragem e outros legumes da terra e de Portugal. E na claustra, um poço de boa água. A igreja é pequena, tem bons ornamentos, e fica muito rica com o Santo Lenho e outras relíquias que lhe deu o P. Visitador", Cristovão de Gouveia (7).

Dêstes edificios fala Fernão Cardim já trinta anos depois da fundação de S. Paulo.

(3) — Vasc., *Vida de Anchieta*, 43; Id., *Crón.*, I, 158, 202; *Anch., Cartas*, 94.

(4) — *Anch., Cartas*, 174.

(5) — Id., *Ib.* 94.

(6) — Grã, *Bras.* 3 (1), 147v.

(7) — Fernão Cardim, *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, p. 356-357, Rio, 1925; *Anch. Cartas*, 424.

Nos começos eram mais modestos. Contudo, na sua modestia envolviam uma alta ideia civilizadora e social naquele ambiente de nomadismo indígena.

Afonso Braz não se contentou com fazer as casas dos Jesuítas. Pode ser considerado o primeiro architecto de S. Paulo. Porque estendeu o seu mistér de constructor às obras dos próprios índios. Ele, com os seus companheiros e discípulos, "feitos traçistas uns, outros pedreiros, outros carpinteiros", ajudavam "a fábrica das casas necessárias para cada família, arruadas e feitas à moda portugueza, trazendo junto com os índios a terra e a água às costas" (8).

Com esta cooperação verdadeiramente prática, foram-se aconchegando à roda do colégio, moradias de taipa para os índios dispersos (9).

Era, depois de algumas indecisões iniciais, a fixação ao solo o primeiro passo para a catequese e a civilização.

A mudança da vila de Santo André para junto do colégio in ser também outro passo decisivo para a estabilidade e progresso de S. Paulo.

#### IV — A MUDANÇA DE SANTO ANDRÉ

A povoação que Martim Afonso de Sousa, depois de fundar a vila de S. Vicente instituiu no interior, não chegou a ter vida municipal efectiva ou só a teve efémera, dispersando-se a breve trecho os seus moradores (1).

---

(8) — Vasc., *Vida de Anch.*, 28.

(9) — Anch., *Cartas*, 151.

---

(1) — N6br., *CB*, 154.

O P. Leonardo Nunes quando transpôs a serra e os foi visitar achou-os neste estado: "Aqui me disseram que no Campo, 14 ou 15 léguas daqui, entre os índios, estava alguma gente cristã derramada e passava-se o ano sem ouvirem missa e sem se confessarem, e andavam numa vida de selvagens.

Vendo isto, determinei de ir por lá, tanto por dar remédio a estes cristãos, como por me ver com estes gentios, os quais estão mais apartados dos cristãos que os de todas as outras Capitánias. Levei comigo duas línguas, as melhores da terra, as quais depois se determinaram de servir a Deus em tudo o que eu lhes mandasse, e eu o aceitei, assim pela necessidade como por eles serem mui aptos para isso e de grande respeito, principalmente um deles, chamado Pero Correia (2). E indo na derradeira jornada topámos um mancebo com umas cartas para mim, que me estavam esperando, porque já tinham novas que eu desejava de os ver.

Trabalhei muito com os cristãos, que achei derramados naquele lugar entre os índios, que se tornassem às vilas entre os cristãos, no qual os achei mui duros. Mas enfim acabei com eles que se juntassem todos em um lugar e fizessem uma ermida e buscassem algum Padre, que lhes dissesse missa e os confessasse. Puseram-e logo à obra e tomaram campo para a Igreja. Gastei dous ou três dias com eles e confessei alguns e dei-lhes o Santíssimo Sacramento. Depois disto fomos dar com os índios às suas aldeias, que estavam 4 ou 5 léguas dali; e indo, achámos uns índios que andavam com grande pressa, fazendo o caminho por onde havíamos de passar, e ficaram muito tristes, porque o não tinham acabado. Chegando à aldeia veio o principal dela e me levou consigo à sua casa, e logo enchcu a casa de índios e outros que não cabiam, fora, que trabalharam muito por me ver.

---

(2) — Na carta está escrito, de-certo por lapso de cópia, António Correia; mas é com certeza Pero Correia; o outro deve ser Manuel de Chaves, já na Companhia em 24 de agosto de 1551, data certa desta carta, e não 1550, como dão as *Avulsas*. Leonardo Nunes faz um como resumo do seu apostolado neste período, utilizando porém conhecimentos posteriores, á guisa de comentário: diz que foram com ele intérpretes, que depois entraram na Companhia; diz que no Espírito Santo foi recebido pelo Vigário, por não haver ninguém ali da Companhia; mas já estava em agosto de 1551 o P. Afonso Braz e por isso diz que "não podia bastar" (*non potcua bastare*). O texto conhecido em português traz "abastava", fazendo supor simultaneidade entre a estada de Afonso Braz e a passagem de Leonardo Nunes. Afrânio Peixoto viu a dificuldade e procurou resolvê-la, na hipótese de ser a data 1550. Os *Avisi Particolari*, pp. 144-145, Roma, 1552, trazem 24 de agosto de 1551.

Considerai vós, meus irmãos em Cristo, o que minha alma sentiria, vendo tantas almas perdidas por falta de quem as socorresse. Algumas práticas lhes fiz, aparelhando-os para o conhecimento da fé; e lhes disse, pela tristeza que mostravam por me eu haver logo de tornar, que não ia senão a vê-los, e que outras muitas vezes os visitaria, se tivesse tempo. Também achei ali alguns homens brancos; e acabei com eles que se tornassem aos cristãos. E dali me tornei outra vez a S. Vicente" (3).

Faltam neste documento os nomes de locais, de pessoas e de datas. Mas pelas distâncias, ainda que não rigorosas, pode-se talvez situar uma das paragens de Leonardo Nunes por altura de Santo André, outra na taba de Martim Afonso Tibiriçá. Na verdade, Tomé de Sousa, ao fundar em 1553, uma vila no Campo, resolveu chamar-lhe "Santo André, porque onde a situei estava uma ermida dêste apóstolo" (4). Não seria esta ermida a mesma que o P. Nunes ordenara algum tempo antes, no lugar em que confessou os cristãos e lhes administrou o Santíssimo Sacramento? Para êste efeito devia ter celebrado o Santo Sacrifício da Missa (sem ela não poderia dar a comunhão); e esta foi a primeira missa dos Jesuítas nos Campos de Piratininga.

O Governador Geral deixou capitão da vila de Santo André a João Ramalho, fronteiro-mór do Campo. E daí a pouco recebeu Santo André o pelourinho municipal, a 8 de abril de 1553, segundo Fr. Gaspar, ou a 8 de setembro do mesmo ano, segundo Azevedo Marques, que parece ter consultado o livro das vereanças (5).

A vila de Santo André não teve pároco nem padre algum. Depois da fundação, de S. Paulo iam lá os Jesuítas aos Domingos

(3) — Nunes, CA, 61-62.

(4) — Carta de Tomé de Sousa a D. João III, - de Junho de 1553, na *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, III, 365.

(5) — Azevedo Marques, *Apontamentos*, II, p. 212, Rio, 1789; Porto Seguro, *História Geral* I, 4.<sup>a</sup> ed. p. 325, S. Paulo, s/d.; Afonso de E. Taunay, *João Ramalho e Santo André*, na *Rev. do Ins. II e G. de S. Paulo*, 29, p. 57. Quanto ao local exacto da vila de Santo André existe vasta literatura e até polémica, na qual intervieram Teodoro Sampaio e Assis Moura. Também escreveram sobre êste assunto Lulz de Toledo Piza, Benedicto Calixto, Afonso Taunay, etc. Cf. *Rev. do Ins. II e G. de S. Paulo*, IX, 1-19; XIII, 203-227; XIV, 3-38; 53-70; XV, 253-263. A carta, que aadjuzimos adiante, de Nóbrega, talvez dê alguma luz sobre a topografia de Santo André, "a tres leguas" do rio.

e dias santos. Celebravam missa, administravam os sacramentos, pregavam aos brancos, doutrinavam os índios (6).

O colégio de Piratininga não se fundou em Santo André, porque agradou mais a Nóbrega o actual sítio da cidade de S. Paulo; e também por não serem affectuosas as relações da gente de Ramalho com os Jesuítas. Sem dúvida que no momento em que Nóbrega passou em Piratininga (agosto de 1553) iam já a caminho de solução, como consta da famosa carta que ele próprio então escreveu a favor de João Ramalho. Estas relações pouco depois desanuviaram-se completamente. A 25 de março de 1555 refere o Padre que quando chegara dois anos antes havia alguns escândalos. Pusera-lhes remédio; e “como se cortou e tirou tudo, e a verdade appareceu, gozamos já da tranquillidade no Senhor” (7).

Assim pois desapareceram os inconvenientes de ter a casa de formação dos Jesuítas perto dos brancos; e começou a despontar a ideia de reunir as duas povoações numa só, por motivos que a experiência e as circumstâncias do tempo e do lugar iam sugerindo.

Os documentos coevos indicam três motivos para essa mudança: o incómodo que era para os Padres irem de S. Paulo a Santo André para a parochialidade e administração dos sacramentos; maiores facilidades económicas de S. Paulo; e a necessidade de uma comum defesa contra os Tamoios e franceses de Guanabara, que alvoroçavam e incitavam, pelo menos indirectamente, os Tupis contra os Portuguezes e índios amigos.

O incomodo da assistência espiritual indica-o expressamente o P. Anchieta em duas cartas suas. Fez-se a mudança, porque além dos perigos espirituais, mais importantes, havia também o perigo “dos inimigos corporais”, que é já também o elemento de defesa pública a postular a mudança (8).

Os motivos de ordem económica e defensiva apparecem em vários documentos. As Actas da Câmara de Santo André da Borda do Campo elucidam-nos perfeitamente do estado de espirito dos seus moradores pouco antes da transferencia. Umaz vezes conta-se que a vila estava aberta aos ataques dos índios contrários e que urgia a defesa; outras que na borda do campo morria o gado, frechado pelos índios; outras ainda que a mandioca espre-

(6) — Anch., Cartas, 321; Vasc., Crón. II, 11.

(7) — Nóbreg., Bras. 3 (1), 136v.

(8) — Anch., Cartas, 321, 170.

mida ao pé dos caminhos matava os suínos e não raro escorria para a aguada donde bebiam os homens. No dia 20 de setembro de 1557 expressa-se o desejo dos andreenses nesta frase, cheia de desalento e pouco lisongeira para a sua vila: "Requerer o procurador do conselho aos oficiais em nome do povo, como estavam em esta vila e morriam de fome e passavam muito mal e morriam o gado, e que fôsem dentro do térmo dela, de longo de algum rio" (9). A sugestão era clara.

Nóbrega por sua vez escreve uma carta onde transparece o estado de abatimento a que chegou a Capitania de S. Vicente, a importância que tinha o colégio da mesma Capitania para fixar a gente da terra; e depois continúa: "Também me parece que se devia pedir a Martin Afonso e a Sua Alteza que se quer que aquela Capitania não se despovoie de todo, que dêem liberdade aos homens para que os do Campo se ajuntem todos no Rio de Piratininga, onde eles escolherem. E os do mar se ajuntem também todos juntos onde melhor fôr, por estarem mais fortes, porque a causa de despovoarem é fazerem-nos viver na vila de Santo André à Borda do Campo, onde não tem mais que farinha e não se podem ajudar do peixe do rio, porque está três léguas daí, nem vivem em parte conveniente para suas criações, e se os deixassem chegar ao rio tinham tudo e sosseariam" (10).

Mais tarde revelam-nos as Actas da Câmara de S. Paulo que não se podiam fazer mantimentos à beira-mar e que as vilas da costa, tinham necessidade da vila do campo para mantimentos e criação do gado vacum; e por isso o povo de S. Vicente e Santos e padres da Companhia requereram a Mem de Sá "que as provesse, e fortalezasse esta vila, pelas razões acima ditas, as quais vistas por ele, o fez com o despovoamento da vila de Santo André os moradores dela recolher e fazer viver nesta dita vila de S. Paulo" (11).

A transferencia operou-se em 1560. Pediram-na como vimos o povo de S. Vicente, de Santos e os Jesuítas. E Santo André? Também o seu procurador em nome do povo o desejava. Mas

(9) — Acta de Santo André da Borda do Campo, p. 67, S. Paulo, 1914.

(10) — Nôbr. Bras. 15, 43-43v, Serafim Leite, Revelações sobre a Fundação de S Paulo, in Rev. do Arquivo Mun. de S. Paulo, II, 43; e Rev. da Academia Brasileira, 160, p. 457; CB, 154; Vasc., Crón. II, 84.

(11) — Actas da Camara da Vila de S. Paulo, I, 42; S. Paulo, 1914.

(12) — Porto Seguro, H. G., I, 4.<sup>a</sup> ed., 400-401.



existe um documento capital que o prova de maneira positiva. Pouco depois da mudança, os camaristas de S. Paulo, antigos vendedores de Santo André, escrevem à Rainha D. Catarina. E referindo-se à actividade dos Tamoios e franceses e às medidas urgentes que convinha tomar, acrescentam: "Este ano de 1560 veio a esta Capitania Meu de Sá, governador geral e (...) mandou que a vila de Santo André, em que antes estávamos, se passasse para junto da casa de S. Paulo, que é dos Padres de Jesus, porque *nós todos* lhe pedimos *por uma petição*, assim por ser o lugar mais forte e mais defensável, assim dos contrários como dos nossos índios, como por muitas outras cousas que a elle e a nós moveram" (12).

O pelourinho de Santo André ergueu-se no terreiro, diante do colégio dos Padres. E a vida municipal duma vila continuou na outra.

S. Paulo já possuía foral desde 1558, diz Azevedo Marques (13). E João Ramalho, a 24 de junho de 1562, dia do seu santo onomástico, jurou aos Santos Evangelhos, o cargo de capitão-mór de S. Paulo de Piratininga, para que fôra designado "por vozes e eleição" (14).

Era uma eleição provocada pelas ameaças bélicas dos índios, porque a existência da vila de S. Paulo nem sempre foi pacífica.

---

(13) — Azevedo Marques, *Apontamentos*, II, 214.

(14) — *Actas da C. da V. de S. Paulo*, I, 14; Frei Gaspar da Madre de Deus, *Memórias para a História da Capitania de S. Vicente*, 3.<sup>a</sup> ed., p. 223, S. Paulo, 1920. Disseram alguns escritores modernos que este episódio da mudança de Santo André para S. Paulo foi vingança dos Jesuítas contra João Ramalho. A origem da lenda deve provir por um lado, dos exageros de Vasconcelos contra os Ramalhos, e por outro de Frei Caspar escrever que "depois de contenderem alguns anos por este modo, chegaram os Padres a cantar vitória". Os documentos históricos que adivizimos, (e não existem outros conhecidos) não justificam tal contenda nem tal vitória. Dizia Capistrano que a carta dos camaristas de S. Paulo á rainha D. Catarina rasgaria muitas páginas de história fantaziada (cf. *Matureira. A liberdade dos índios, a Companhia de Jesus, sua pedagogia e seus resultados*, I p. 17 n.). E' lamentável que depois daquela advertência do grande historiador ainda o Sr. Basílio de Magalhães deslustrasse a *História do Brasil*, de Handelman, transcrevendo em nota arrazoado que Machado de Oliveira fantaziou no seu *Quadro Histórico*, apoiando-o, isto é, corrigindo para mal a exposição dos factos, feita com regular bom-senso pelo autor alemão (Henrique Handelman, *História do Brasil*, in *Rev. do Inst. H. G. Brasileiro*, 162, p. 77-80).

## V — GUERRAS

Os moradores de S. Paulo, situados no Campo, entre índios, tiveram algumas vezes que se defender deles com as armas na mão. Não está feita ainda a história crítica destas guerras. Por agora os documentos, publicados e inéditos, falam-nos de guerras no século XVI nos seguintes anos: 1554, 1561, 1562, 1578, 1590, 1591, 1593.

Nesta matéria o primeiro acto dos jesuítas foi suprimir o abuso de dar armas aos índios “que era mui geral fazê-lo sem nenhum escrúpulo” (1).

A primeira guerra, depois da existência de S. Paulo, foi logo em 1554, mas desta vez apenas entre índios, uns com os outros. Contudo, como os de uma parte eram de Piratininga, assinala-se o facto, porque já se faz sentir nela a catequese jesuítica. Conta-se que, num momento de apêrto, a mulher do chefe piratiningano, fazendo o sinal da cruz, esforçou os combatentes, e alcançaram vitória (2).

Ainda neste ano, segundo refere Pero Correia, ter-se-iam revoltado os índios do interior, se não estivessem lá os Padres (3).

Perigo maior foi em 1558. Os Tupis acossados pelos castelhanos e carijós, puseram-se em grande alvoroço. E vinham já “com determinação de matar os cristãos de Gerebatiba, e lá hou-

---

(1) — CA, 66.

(2) — Maffeus, *Hist. Indicae*, p. 319; Vasc. *Crón*, I, 164-166. Levado pelas informações de Vasconcelos, Rocha attribue o ataque dos índios a Piratininga a instigações da gente de Ramalho, *História do Brazil*, III, p. 406-407, Porto, s/d.

(3) — Pero Correia, *Bras.* 3 (1), 113.

veram de ir também os meus irmãos de Piratininga (é Nóbrega quem fala) se Nosso Senhor não socorresse; e foi que meteu na vontade a dois principais do Campo, os quais detiveram a muita gente que já caminhava com aquele mau propósito e fizeram-nos tornar" (4).

A história conserva o nome de dois principais, amigos dos Padres: Tibiriçá (Piratininga) e Caiubi (Gerebatiba). Talvez fôsem eles os defensores, a que alude Nóbrega.

Com o estabelecimento dos franceses na Baía de Guanabara, os Tamoiós inimigos dos Tupis ganharam alento e atreviam-se até a rondar, subindo pelo Paraíba, os campos de Piratininga, que pouco e pouco iam arroteando os Portugueses e seus filhos. Ora aqui, ora ali, matavam e roubavam, causando inquietação a S. Paulo e aos índios aliados.

"Por estas causas, escreve Anchieta em 1561, determinaram os moradores de Piratininga, com alguns mestiços, vendo que não se acudia a estes males, fazer guerra a um lugar dos inimigos fronteiros, para que pudessem viver com alguma paz e sossêgo, e juntamente começassem a abrir algum caminho para se poder prégar o Evangelho assim aos inimigos como a estes índios, sôbre os quais já temos sabido que por temor se hão de converter mais que por amor. E para isto se prepararam todos, confessando-se e comungando, mais zelosos da honra de Deus e dilatação da Fé do que de seus próprios interesses. Foi com eles um sacerdote dos nossos, para os índios baptizados, que com eles iam" (5).

O seu caminho é desta maneira: vão primeiro por um rio, algumas jornadas em almadias, as quais não são mais cada uma que o âmago de uma árvore, mas tão grandes, numa cabem vinte a vinte e cinco pessoas, com seus mantimentos e armas (6). Chegados a ponto do primeiro rio para onde vão, saem fora delas

---

(4) — Nobr., CB, 217.

(5) — Não se sabe ao certo o nome daquele Padre e Irmão que os acompanharam. Mas sabe-se com certeza que foram a duas expedições o Ir. Gregório Serrão e o P. Manuel de Paiva (Anch. Cartas, 486). Capistrano de Abreu, em nota a Porto Seguro, H. G., I, 4.<sup>a</sup> ed. 387, diz que fora o Ir. Anchieta, como intérprete. Como se verá, por esta mesma relação, Anchieta estava durante êste tempo na vila excitando o povo á oração e á penitência para alcançar do céu o almejado triunfo.

(6) — No texto diz-se erradamente **com armadilhas**. Estas almadias, pela descrição que delas faz Anchieta, são as **ubás** indígenas.

e as levam às costas por quatro ou cinco léguas dos bosques, de mui maus caminhos; e aí, descarregando-as, vão seguindo jornada a entrar em outro rio, que está já em guerra com os inimigos.

Partiram pois de Piratininga, onde então estávamos, esta quaresma passada, dizendo o Padre cada dia missa, e prégando-lhes antes de chegar aos inimigos. Tornaram-se a confessar e a comungar muitos deles, fazendo igreja daqueles bravos e espantosos matos. E com isto lhes deu Deus Nosso Senhor grande vitória, destruindo o lugar sem escapar mais que um só. Sendo para eles a coisa mais forte que até hoje se tem visto nesta terra de inimigos. O que bem se mostrou nos muitos daqueles índios que morreram e foram flechados, ao passo que dos Portugueses, que logo de entrada os tomaram quasi todos, morreram tres. De maneira que só dez ou doze homens, com a ajuda da Real Bandeira da Cruz, que o Padre trazia adiante, animando-os, queimaram e assolaram o lugar, do qual vieram muitos inocentes, que estão já metidos no grémio da Santa Igreja pelo baptismo (7).

Enquanto eles andavam em guerra, meu ofício consistia em ajudá-los com orações públicas e particulares, repartindo a noite de maneira, que sempre havia oração até de manhã; e, acabada a oração, cada um tomava a sua disciplina, e o mesmo faziam muitas mulheres devotas, e as mestiças fazendo sua disciplina, vigília e oração. E ordenou Nosso Senhor que a batalha se desse em dias de sua paixão, nos quais eram tantos os gemidos, choros, e disciplinas no fim dos officios, de joelhos, assim os de casa como os de fóra, que toda a igreja era uma voz de pranto, que não podia deixar de penetrar os ceus, e mover ao Senhor a ter misericórdia de nós, tendo padecido assaz trabalho os homens que cansaram pelos caminhos desertos" (8).

Vencidos aqueles índios, não tardou a surgir inimigo pior, animado por um desastre sucedido aos portuguezes, na costa, para os lados de Iperoig (9).

Quando menos se esperava, insurgiram-se os próprios Tupis. Diz Anchieta mais tarde, em 1584, que foi essa a única vez, e que

(7) Este trecho está imperfeitamente traduzido por Baltazar da Silva. Tentamos restituir-lhes aqui o seu sentido óbvio.

(8) — Anch. Cartas, 171-173; Carta da Câmara de S. Paulo á Rainha D. Catarina, de 20 de maio de 1561, in Porto Seguro, II, G., 4.<sup>a</sup> ed., I, 401.

(9) — Anch., Cartas, 487; Vasc., Crón., II, 130.

depois se mostraram amigos como dantes. Em todo o caso, narando a guerra no momento dela, e ainda sob a impressão do perigo de que se livraram ele e os companheiros, dá-lhe cores mais negras e chama-lhes “ladrões de casa”, os piores evidentemente, por ser uma como guerra civil, e por conhecerem bem os métodos e os locais da luta.

Começaram pois estes Tupis do sertão a fazer depredações e até mortes, arrebatando uma índia cristã, mulher de um Português, que mataram. Era índia fervorosa. Querendo eles abusar dela (os índios consideravam isso uma honra por ela ter sido mulher de branco) a cristã preferiu morrer a consentir em tal.

Com estas e semelhantes tropelias ganharam ânimo os índios e apregoaram guerra contra S. Paulo. Organizou-se a defesa. Estavam então ali dez Jesuítas e todos os moradores brancos da vila e arredores. Superior dos Jesuítas era o P. Vicente Rodrigues. Chefe militar, Martin Afonso Tibiriçá. Reuniu ele os seus índios que trazia repartidos por tres aldeias, abandonou aos inimigos as sementeiras e preparou-se para a resistência.

Tibiriçá recordou aos seus que “defendessem a igreja que os padres haviam feito para os ensinar a eles e a seus filhos”, que Deus lhes daria vitória contra seus inimigos, que tão sem razão lhes queriam fazer guerra”.

O ataque foi no dia 9 de julho. Os índios “deram de manhã sobre Piratininga com grande corpo de inimigos, pintados e emplumados, e com grandes alaridos, aos quais saíram logo a receber os nossos discípulos, que eram mui poucos, com grande esforço, e os trataram bem mal, sendo cousa maravilhosa que se encontravam às flechadas irmãos com irmãos, primos com primos, sobrinhos com tios; e, o que é mais, dois filhos que eram cristãos, estavam conosco contra seu pai, que era contra nós. De maneira que parece que a mão de Deus os apartou e os forçou, sem que eles o entendessem, a fazerem isto.

As mulheres dos Portugueses e meninos, ainda dos mesmos índios, recolheram-se a maior parte à nossa casa e igreja, por ser um pouco mais segura e forte, onde algumas das mestiças estavam toda a noite em oração com velas acesas ante o altar, e deixaram as paredes e bancos bem tintos de sangue, que se tiravam com as disciplinas, o qual não duvido que pelejava mais rijamente contra os inimigos que as flechas e os arcabuzes.

Tiveram-nos em cêrco dois dias sómente; dando-nos sempre combate, ferindo muitos dos nossos índios, e ainda que eram flechadas perigosas, nenhum morreu por bondade do Senhor, pois que se recolhiam a nossa casa, e aí os curávamos de corpo e alma, e assim fizemos depois, até que de todo sararam. Mas dos inimigos foram muitos feridos e alguns mortos, dentre os quais foi um nosso catecúmeno, que fôra quasi capitão dos maus, o qual sabendo que todas as mulheres se haviam de recolher à nossa casa, e que aí havia mais que roubar, veio dar combate pela cerca da nossa horta, mas aí mesmo achou uma flecha, que deu pela barriga e o matou, dando-lhe a paga, que ele nos queria dar, pela doutrina que lhe haviámos ensinado, e pelas boas obras que lhe tínhamos feito, tendo-o já curádo, no tempo em que estava conosco, a ele e a seus irmãos, de feridas mui perigosas de seus contrários" (10).

No dia seguinte, vendo-se desbaratados, fugiram os índios desordenadamente, matando o gado e talando as fazendas. Sain-lhes no encalço Tibiriçá, e, afugentando-os, matou os que pôde. Ainda continuaram algumas escaramuças pelos caminhos até que os índios cristãos e catecúmenos, com tres Portugueses, entraram pelo sertão umas vinte léguas e limparam o campo, libertando mais de quarenta pessoas que o inimigo tinha levado e por lá andavam como cativas (11).

(10) — Segundo Vasconcelos este índio seria sobrinho de Tibiriçá, e filho de Ararig ou Piquerobí. E o seu nome, Jagoanharó, cão bravo (Vasc., Crón., II, 136).

(11) — Gaffarel diz que foram os franceses de Villegaignon que cercaram S. Paulo. "Bientôt nos colons passerent de la défensive à l'offensive. Aidés para les Tamoyos ils attaquèrent à la fois par la côte et par les montagnes les Portugais de Piratininga, et leur firent subir de nombreux échecs. Ils attaquèrent même la cité naissante de San Paolo, et l'auraient prise sans l'énergique résistance des neophytes commandés par un cher brésilien, Martin Alfonso Tebyreza (1561)", — *Histoire du Brésil français au seizième siècle*, p. 243., Paris, 1878.

Gaffarel deve ser lido com circunspecção. E' verdade que os franceses espicaram e ajudaram os índios contra os Portugueses; mas que eles próprios se atravessem a ir a S. Paulo, em som de guerra, não consta de documentos contemporâneos. E' inverosímil que não tivesse aparecido algum d'elles, morto, ferido ou prisioneiro. Bolés e os seus companheiros apresentaram-se de facto em S. Vicente; mas êsses vieram dois anos antes e não para combater, pelo contrario buscavam refúgio contra os seus compatriotas do Forte Coligny.

“Esta guerra foi causa, de muito bem para os nossos antigos discípulos, explica Anchieta, porque são agora forçados pela necessidade a deixar todas as suas habitações em que se haviam esparzido e a recolherem-se todos a Piratininga, que eles mesmos cercaram agora de novo com os Portuguezes; e está segura de todo o embate. E desta maneira podem ser ensinados nas cousas da Fé, como agora se faz, havendo contínua doutrina, de dia, às mulheres, e de noite aos homens, a que concorrem quasi todos; havendo um alcaide que os obriga a entrar na igreja. Têm-se já baptizado e casado alguns delles e prossegue-se a mesma obra com esperança de maior fruto. Porque estes não têm por onde se apartem, sendo inimizados com os seus. E, estando sempre junto de nós, como agora estão, não podem deixar de tomar os costumes e vida cristã, ao menos pouco e pouco, como já se tem começado. Parece-nos agora que estão as portas abertas nesta Capitania para a conversão dos gentios, se Deus Nossos Senhor quiser dar maneira, com que sejam postos debaixo de jugo, porque para este género de gente não ha melhor prègação do que espada e vara de ferro, na qual, mais que em nenhuma outra, é necessario que se cumpra o *compelle intrare*.

Vivemos agora nesta esperança, ainda que postos em perigo, por estar toda a terra levantada; e como são ladrões de casa, em cada dia vêm assaltar-nos pelas fazendas e caminhos” (12).

Os Tupis revoltandos ainda deram que falar de si em 1563, indo a Itanhaem com propósito, ao que parece, de matar os índios Tamoios, que estavam em reféns em S. Vicente, em lugar do P. Nóbrega e Anchieta, igualmente reféns em Iperoig. Mas os Portuguezes, com os Tamoios, venceram-nos, levando estes Tamoios a'guns para as suas festas antropófagas. Foi enorme o desgosto dos Padres, porque não era muito certo que os Tupis tivessem vindo com aquella intenção; e, mesmo que viessem, não se devia permitir que os Tamoios os comessem (13).

O ataque de 1562 foi o maior perigo em que se viu Piratininga desde a sua fundação, pelas precárias condições de defesa em que se achava.

---

(12) — Anch., Cartas, 179-187; Vasc.: Crón., II, 132-136; Vida de Anch., 68-72. Costuma dar-se como data do assédio a Piratininga o dia 10 de julho de 1562; Anchieta escreve que foi no “oitavo da Visitação de Nossa Senhora”. A oitava das festas obtém-se, juntando sete á data festiva. A Visitação cai a dois; acrescentando-lhe sete temos 9 que é de facto, a oitava da Visitação.

(13) — Anch., Cartas, 210.

Tudo estava dependente da lealdade de Tibiriçá. Por felicidade, o chefe Goianás mostrou-se digno da confiança que nele depositaram os Padres; e com o seu esforço se salvou a civilização nascente naquela guarda avançada do interior do Brasil. Este herói principal era filho da terra, como o seu contrário igualmente o era. Discute-se se seriam irmãos. (14). Se eram, seria um símbolo. Um apegava-se ao passado, estacionário, selvagem; e outro pronunciava-se pelo futuro, cristão e civilizado.

Martim Afonso Tibiriçá, cacique de Inhapuambacú, de Piratininga, faleceu pouco depois, no dia de Natal de 1562. Os Jesuítas tributaram-lhes a maior homenagem, que fazem aos seus amigos, ainda que sejam reis (15).

A fim de liquidar os restos daquela inquietação dos índios foi eleito para suceder a Tibiriçá o Capitão João Ramalho, antigo fronteiro-mór.

Tudo se aquietou pouco a pouco, concorrendo para isso, mais que nada, a ida de Nóbrega e Anchieta a Iperoig. Nóbrega conseguiu que se abraçassem, na igreja de Itanhaem, Tupis e Tamoios. Em Piratininga o caso foi solene. Vieram nada menos de 300 Tamoios do Paraíba. E um índio tupi, na igreja dos Jesuítas, subindo a um banco, disse que tinha mortos muitos Tamoios, mas agora, por amor de Cristo, se apartava dos Tupis desertores; e, por esse mesmo amor, se unia aos Tamoios contrários, transformados em amigos (16). Dois anos depois já os Tupis de Piratininga iam a pedido dos Padres, ajudar a Estácio de Sá, na conquista do Rio de Janeiro (17).

(14) — Simão de Vasconcelos chama-lhe Ararig. João Mendes de Almeida afirma que Ararig é nome de lugar, o lugar onde morava Piquerobi, irmão de Tibiriçá, inimigo dos Portugueses. Piquerobi seria portanto, na sua opinião, o chefe dos inimigos. Qual foi o principal chefe da nação Tupi na região nomeada Piratininga? Quem comandou o cerco e ataque de Piratininga em 10 de julho de 1562? in *Rev. do Inst. H. de G. de S. Paulo*, VII; 448-457; A. de Alcântara Machado, in *Cartas de Anch.*, nota 210, p. 195; Roberto Southey, *História do Brazil*, I, 402, Rio, 1862, onde afirma que foram os Jesuítas que salvaram Piratininga.

(15) — Os Jesuítas declaravam-no benfeitor e fundador, applicando-lhe como tal os respectivos sufrágios. O seu corpo ficou sepultado na igreja do Colégio (Anch., *Cartas*, 187). Hoje encontra-se na nova e grande catedral de S. Paulo em construção. Cf. Taunay, *Ascendência paulista e vicentina de Francisco José Teixeira Leite e Anna Alexandrina Teixeira Leite, Barão e Baronesa de Vasconcelos* (1 folha), S. Paulo, 1932.



O triunfo na costa deve ter fortalecido o predomínio dos brancos no interior. Porque só em 1578 achamos referências a nova guerra, provavelmente um ano antes. A ela foram dois Padres da Companhia de Jesus, como capelães militares e conselheiros, e também como elemento de prestígio para assegurar a colaboração dos índios. Iam em especial para a assistência religiosa a uns e outros. A notícia desta guerra é extremamente sumária sem mais indicações senão de que foram frutuosaos os seus ministérios espirituais (18).

Por êste tempo ajudavam os Padres de Piratininga noutras guerras que se faziam fora da Capitania. Basta ver a carta que Anchieta dirige, de amigo para amigo, ao Capitão Jerónimo Leitão: nela dá conta do que andou tratando para a viagem e das pessoas que angariou e armamento que levavam (19).

Segue-se um período de paz relativamente longo em Piratininga, quási indiferente às mudanças que se operavam em Portugal e às piratarías do mar, quando de súbito, em 1590, irromperam os Tupinaquins sôbre S. Paulo, pondo em risco a vida dos seus habitantes, devastando as aldeias vizinhas, queimando igrejas, como a de Pinheiros, profanando as imagens sagradas. A' de Nossa Senhora, daquela Aldeia, feita de argila, quebraram os selvagens a cabeça. Avisado a toda a pressa o Capitão Jerónimo Leitão, residente em Santos, apressou-se a socorrer S. Paulo com muitos homens. Foi também o Padre Superior de Santos, porque os Portuguezes sem ele não queriam ir (*negabant enim Lusitani se pedem domo elaturos nisi Pater praëiret: tanta apud illos est existimatione*).

Não existe catálogo de 1590. Mas o de 1589 dá como superior de Santos o P. João Pereira. Em Piratininga era Pedro Soares; e estavam também aqui os Padres Leonardo do Vale, Manuel de Chaves e Manuel Viegas, todos três grandes línguas; e os irmãos António Ribeiro e António de Miranda (20).

Dêstes falleceu, a 18 de janeiro de 1590, o P. Manuel de Chaves (21). O ataque deve ter sido posterior a esta data, porque, segundo Anchieta, enquanto morou em S. Paulo o P. Manuel de

---

(16) — Anch., Cartas, 225.

(17) — CA, 450.

(18) — Bras., 15, 304.

(19) — Anch., Cartas, 268.

(20) — Bras., 5, 32v.

(21) — Bras., 15, 347v. (8.º).

Chaves, só uma vez houve guerra que logo acabou; e só tornou a haver depois que morreu, porque ele era o "que suspendia os arcos guerreiros entre os índios e os Portuguezes; nunca jamais enquanto esteve em Piratininga se abriu guerra entre uns e outros. Uma só vez se ausentou e foi o mesmo que rompesse a guerra, que com a sua presença depois parou, durando a paz toda a sua vida, e acabando-se com a sua morte. (22).

Com o auxílio vindo de Santos, e coadjuvados pelos índios cristãos, puderam os Paulistas afugentar os Tupinaquins. O profanador da estátua caiu vivo nas mãos das autoridades, e, atado à cauda dum cavalo, foi arrastado pela aldeia para escarmento de todos (23).

Derrotados os Tupinaquins, aproveitou S. Paulo a deixa para fazer incursões nas suas terras. A 7 de julho de 1590 representa a Câmara ao Capitão Jerónimo Leitão, que faça guerra aos Tupinaquins, dando como pretexto as mortes e desacatos que fizeram; tanto mais que eles eram gente com quem tinham comunicação e "compadres"; e esperavam auxílio da Paraopoba, ameaçando entregar "o Capitão e os Padres" aos ingleses (24).

Os camaristas para atrair a participação do Capitão e Padres encareciam de-certo o perigo dos Tupinaquins, mais do que era na realidade.

Este estado de espírito mostra, contudo, que se aproximava o ciclo da caça ao índio, em que as guerras iam ser pretexto para cativeiros injustos.

Logo que se manifestou êste espírito, os Jesuítas abstiveram-se de guerras ou contrariaram-nas. Reuniu-se a Câmara a 3 de outubro de 1593 para ver se o Capitão Jorge Ferreira havia de ir fazer guerra aos índios. A resolução foi negativa. O Vigário de Santos, Jorge Roiz, então em Piratininga, diz o mesmo, e para se autorizar, invoca a opinião dos Padres da Companhia "que se não pode fazer a guerra" (25).

(22) — Cf. Azevedo Marques, *Apontamentos*, II, 60.

(23) — *Bras.*, 15, f. 366v; *Annuæ Litt.* 1596-1691, p. 826-827; Afonso Taunay, *Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*, I, 114.

(24) — *Actas da Câmara Munic. de S. Paulo*, I, 403. Dava também como motivo o terem morto muitos brancos e índios e "queimaram muitas igrejas e quebraram a imagem de Nossa Senhora do Rosário dos Pinheiros e fizeram outros delitos porque mereciam gravemente castigo".

(25) — *Ib.*, 471.

Não obstante estes pareceres, a expedição realizou-se não logo a seguir, mas pouco depois, contra os Carijós e Tupinaes (26).

Tais são as guerras de S. Paulo de que nos ficaram notícia no século XVI e em que intervieram os Jesuítas. Limitamo-nos a êste século, e não historiamos as guerras na Capitania ou em Guanabara, ainda que nela tomassem parte piratininganos.

Examinando os factos, concluímos que os Jesuítas umas vezes as aprovavam, outras não. Parece-nos vislumbrar na sua attitude um critério objectivo de justiça. Aceitavam-nas e ajudavam eficazmente, quando as guerras tinham carácter defensivo a que chamaríamos hoje, patriótico ou nacionalista (1562, 1590); também colaboravam nelas quando eram de carácter vindicativo, para castigar injustas tropelias e impor respeito aos índios, que inquietavam a vizinhança, matando gente, (1561, 1578). Mas quando se tratava de meros interesses escravagistas, o caso era diverso: declaravam firmemente "que se não podia fazer a guerra".

## VI — COLÉGIO DE JESUS

O fim immediato da fundação de S. Paulo foram os estudos. Houve-os também algum tempo em Maniçoba. Mas não passaram dos rudimentos e duraram pouco.

Em S. Paulo frequentavam o colégio além dos irmãos de casa, "bom número de estudantes brancos e mamalucos, que acudiam das vilas circunvizinhas" (1). E também índios. Escreve Anchieta em 1555: "Estamos nesta aldeia de Piratininga,

---

(26) — A. de Alcântara Machado, *Cartas de Anch.*, 291 e nota 350; Afonso Taunay, *H. G. das B. P.*, p. 114.

---

(1) — Vasc., *Crón.*, I, 154.

onde temos uma grande escola de meninos, filhos de índios, ensinando-os a ler e escrever; aborrecem muito os costumes de seus pais, e alguns sabem ajudar a cantar missa. Estes são a nossa consolação" (2).

Tibiricã foi um dos sustentáculos do colégio, ao começo, quando escasseavam as esmolas e ainda não havia portugueses (3).

O colégio de S. Paulo, estava, sob o aspecto jurídico, nas mesmas condições do *Colégio dos Meninos de Jesus* na Baía, complicado com a situação de ser também casa de estudos para os Jesuítas. Para que tudo se harmonizasse com o voto de pobreza da Companhia, era mister proceder à reorganização dos estudos. Este facto levantou problemas de índole diversa. Convém recordá-los. Nóbrega expõe-nos com a sua costumada clareza: "Nesta Capitania de S. Vicente o Padre Leonardo Nunes fez o mesmo que na Baía; ajuntou muitos meninos da terra do Gentio, que se doutrinavam nesta casa, e estavam de mistura com alguns irmãos, que ele recolheu nesta terra; a todos era muito dificultoso, e obrigavamo-nos a cousas que não eram de nosso Instituto, porque para a manutenção deles e por na terra haver poucas esmolas para tanta gente, foi-me forçado, des-que à Capitania vim, a passar os meninos a uma povoação de seus pais, donde era a maior parte deles; e com eles passei alguns Irmãos; e fizemos casa e Igreja; e tivemos conosco somente alguns que eram de outras partes. Esta casa servia de doutrinar os filhos e os pais e mãis, e outros alguns, como pelas cartas dos Quadrimestres verá; aqui se visitam outros lugares do Gentio, que estão ao redor.

Nesta casa se lê gramática a quatro ou cinco da Companhia, e lição de casos a todos, assim Padres como Irmãos e outros exercicios espirituais; a manança da casa, a principal, é o trabalho de índios, que lhe dão de seus mantimentos, e a boa indústria de um homem leigo que, com três ou quatro escravos da Casa e outros tantos seus, faz mantimentos, criação, com que mantém a casa; e com algumas esmolas, que alguns fazem à casa; e com a esmola que El-Rei dá. Tem também esta casa umas poucas de vacas, as quais, por nossa contemplação, se deram aos meninos, quando estavam em S. Vicente, e do leite delas se mantem a casa. Há cá um Irmão ferreiro, que, por concertar as ferramentas dos de S. Vicente, se ficou para se viver de esmolas, os que se nela pudessem sustentar, que serão dois ou três somente.

(2) — Anch., Cartas, 85.

(3) — Id., Ib., 187.

Desta maneira vivemos até agora nesta Capitania, onde estamos seis Padres de missa e quinze ou dezasseis Irmãos, por todos; e aos mais sustentava aquela casa de S. Paulo de Piratimin com alguns meninos do Gentio, sem se determinar, se era *colégio da Companhia*, se *casa de meninos* (4), porque nunca me responderam a carta que escrevesse sôbre isso, e nestes termos nos tomaram as Constituições, que este ano de 56 nos fez Nosso Senhor mercê de no-las mandar, pelas quais entendemos não devermos ter cargo nem de gente para doutrinar na Fé; ao menos em nossa conversação conhecemos também não poderem os Irmãos ter bens temporais nenhuns, se não for colégio; vemos que, para se fazer daquela casa de S. Paulo colégio, não tem mais que a grangearia daqueles homens com aqueles escravos, os quais morrerão, e nós não buscamos outros (5), assim mesmo o irmão ferreiro é doente e velho: não sei quanto durará .

As vacas foram adquiridas para os meninos da terra e são suas; a esmola de El-Rei é incerta; para não ser colégio, senão casa, que viva de esmolas, é impossível poderem-se sustentar os Irmãos daquela casa em toda esta capitania, nem com eu agora levar cinco ou seis que imos, deles para o Espírito Santo, deles para a Baía, porque as povoações dos cristãos são muito pobres, e, se nesta casa de S. Vicente se não podem manter mais de dois ou tres, que é a principal vila, quanto mais nas outras partes!

Vendo-nos, o padre Luiz da Grã e eu, nesta perplexidade, dando conta aos padres, que nos aqui achamos, nos pareceu escrever estas cousas todas a V. P. e ao padre-mestre Inácio, para que com o que lá assentarem, se tomar resolução nas cousas seguintes:

Primeiramente, se nos convém que aquela casa de Piratimin seja de meninos. A nós cá parecia-nos que não, e que é melhor anda-los doutrinando por suas povoações, a pais e a filhos; e se todavia El-rei quisesse casa deles, e os quisesse manter, nós não

---

(4) — *Colégio da Companhia*, isto é, entidade jurídica e moral, capaz de possuir, bens; *casa de meninos*, isto é, uma espécie de orfanato, com administração própria, á semelhança do que estabeleceu Pero Domenech em Lisboa. Neste caso, os Padres seriam simples crentes de bens alheios, com os concomitantes atritos e desgostos. Esta distinção esclarece o que se segue, e o recurso ao Núncio.

(5) — De Roma proibía-se que os Padres do Brasil possuíssem escravos. Depois dadas as circunstâncias agrícolas da terra, levantou-se a proibição. O candente assunto da escravatura, por não se referir directamente a S. Paulo, reservamo-lo para lhe dar, em ocasião oportuna, o desenvolvimento devido.

termos mais que a superintendencia espiritual sôbre eles. E já que El-Rei os não queira manter, nem nos convenha tê-los, se será bom fazermos daquela casa colégio da Companhia; e nisto o nosso voto é que, — se Sua Alteza quisesse dar àquela casa alguns dizimos de arroz e miunças, já que ali hão de estar Padres e Irmãos, applicando-os àquela casa, para sempre, e tirar de nós toda a esmola que cá nos dão, que era muito bem fazer-se colégio e se serviria muito Nosso Senhor dele, e à Sua Alteza custaria menos do que lhe custa o que agora nos dá; e podia dar-nos alguns meios de arroz do dizimo, e o dizimo da mandioca da vila de Santo André, que creio que tudo é menos do que nos cá dão; e a nós escusar-nos-ia de mandarmos fazer mantimentos, nem termos necessidade de ter escravos, e com isto, e com o mais que a casa tem, seria colégio fixo, porque já tem casas e igrejas e cêrca em muito bom sítio, posto o me'hor da terra, de toda abastança, que na terra pode haver, em meio de muitas povoações de Índios, e perto da vila de Santo André, que é de Cristãos, e todos os Cristãos desejam ir ali viver, se lhes dessem licença. Ali foi a primeira povoação de Cristãos, que nesta terra houve em tempo de Martim Afonso de Sousa e vieram a viver ao mar, por razão dos navios, de que agora todos se arrependem, e, todavia, a alguns deixaram lá ir viver; assim também ensina-se já ali gramática a alguns estudantes nossos, e lição de casos a todos: e, sendo colégio, alargando-se de todo o cuidado dos meninos da terra, será necessário haver trespassação do Núncio ou de quem o poder fazer, para aquelas vacas, que são dos meninos, ficarem para colégio nosso, no qual não haverá escândalo nenhum; porque como se houveram por contemplação do nosso Irmão Pero Correia, todos as tem por dos Irmãos; mas elas, na verdade, a eles foram doadas com umas terras, assim mesmo do Irmão Pero Correia" (6).

As licenças do Núncio de-certo que se alcançaram. E diz Anchieta que Nóbrega com o parecer de Luiz da Grã, applicou de-facto a Piratininga "toda a fazenda móvel e de raiz que havia na Capitania de S. Vicente, que pertencia à Companhia". Aqui estavam incluídas já as terras e vacas de Pero Correia. A casa de S. Vicente ficou a viver de esmolas (7).

Assim se constituiu canõnicamente o Colégio de S. Paulo de Piratininga, e neste sentido pode dizer-se que foi o primeiro do Brasil (8).

(6) — Grã, **Bras.**, 3 (1), 148; Nob., **CB**, 152-155.

(7) — Vasc., **Crón.**, I, 202.

(8) — Anch., **Cartas**, 324.

Infelizmente, os factos não corresponderam às esperanças, no que toca aos estudantes. Assim como em S. Vicente, com o contacto com os de fora, tinha havido o escândalo dos mamaluços, também em S. Paulo o viverem os meninos em casa de seus pais fez que eles ao chegarem à puberdade, juntando-se ao pendor da natureza o ambiente ancestral, ainda não purificado de todo, dessem nisto que refere Anchieta:

“Dos moços (que falei no princípio foram ensinados não só nos costumes cristãos, cuja vida quanto era mais diferente da de seus pais, tanto maior ocasião dava de louvar a Deus e de receber consolação) não queria fazer menção por não refrescar as chagas, que parecem algum tanto estar curadas; e daqueles direi somente, que chegando aos anos da puberdade, começaram a apoderar-se de si, vieram a tanta corrupção, que tanto excedem agora a seus pais em maldade, quanto antes em bondade, e com tanta maior sem-vergonha e desenfreamento se dão às borracheiras e luxúrias, quan com maior obediência e modéstia se entregavam dantes aos costumes cristãos e divinas instruções. Trabalhamos muito com eles, para os reduzir ao caminho direito, nem nos espanta esta mudança, pois vemos que os mesmos Cristãos procedem da mesma maneira” (9).

Como já havia em S. Vicente “moços de fora que podiam estudar” voltaram para lá os estudos em 1561.

Luiz da Grã corroborava aquelas informações de Anchieta (10). A Nóbrega porém não pareceu bem a mudança; e explica a defecção dos moços índios com o costume que tinham os pais de mudarem de terra, o tempo que lhes dura a casa de palha; e depois mudam para outra, de mais a mais dispersos; e, ao retirarem-se, levam os filhos, ficando estes longe das vistas dos Padres e da indispensável assistência religiosa. Por isso, a muitos succedeu, de-facto, o que escreve Anchieta; mas para alguns o recuar foi aparente. Não vinham à missa, conclue Nóbrega, porque andando agora nós e, estando habituados com os Padres a andarem vestidos, tinham vergonha (11). De Roma diziam-lhe que se a experiência de S. Vicente não desse resultado, restituísse o Colégio a S. Paulo (12).

---

(9) — Id. *Ib.* (1560), p. 156.

(10) — Grã, *Bras.*, 3 (1), 147.

(11) — *Bras.* 15, 116-117.

(12) — *Epp.* *NN.* 36, 256v.

A-pesar da mudança do colégio para S. Vicente ficaram alguns irmãos estudantes ou noviços em Piratininga e pelo modo de falar de Anchieta parece que com esses continuou a haver estudo na vila de S. Vicente.

Faltando os alimentos, antes do fim do ano (em novembro) se trasladaram outra vez os estudantes a Piratininga (13). Com as guerras que sobrevieram, o grande ataque dos Tupis em julho de 1562 a Piratininga, e os Tamoios na costa, acabaram os estudos de gramática em toda a Capitania. De 1562 em diante ficou a casa de S. Vicente apenas com o título nominal de colégio. E finalmente em 1567 o Visitador Inácio de Azevedo, que assistira à tomada do Rio de Janeiro por Mem de Sá e examinara os locais maravilhosos da nova cidade, ordenou que o colégio do sul quando se reorganizasse definitivamente teria a sua sede na baía de Guanabara (14). Assim se fez.

Mas nem por isso deixou de haver escola de ler, escrever e contar em Piratininga, que subiria de novo a colégio, mas já no século seguinte.

Em 1598, ainda no século XVI, a casa e escola de Piratininga tinha tres Padres, um estudante e dois Irmãos coadjutores. Sustentava-se parte com donativos dos paulistas "por a terra ser abastada", parte com subsídios do Colégio do Rio de Janeiro, vinho, azeite e farinha para hóstias".

E a escola era frequentada por grande número de alunos (15).

## VII — ALDEIAS

Para a doutrinação dos índios os Jesuítas, além de missões volantes, inventaram os aldeamentos.

Os Padres e Irmãos da Capitania de S. Vicente cruzaram-na em todas as direcções. Não ficaria aldeia de índios, tanto na costa, como no campo, que não evangelizassem. Infelizmente, por falta de indicações concretas não é fácil agora identificar êsses

(13) — Anch. Cartas, 171, 175, 178.

(14) — Id., Ib., 325.

(15) — Bras. 5, 35v.; Anch., Cartas, 424.



lugares. Só nos ficou o nome daqueles em que aconteceu a algum facto digno de especial menção, ou porque neles residiram os Padres ou os visitaram com regularidade. Não são muitas, nestas condições, as que pertencem à órbita de S. Paulo.

As aldeias indígenas tinham carácter flutuante, sucedendo que o mesmo núcleo de índios, assinalados num local, aparecia algum tempo depois em local diverso. É uma das dificuldades para a classificação sistemática das raças indígenas e do seu *habitat*. Métraux, por exemplo, coloca os Tupinaquins ou Tupiniquins na região compreendida, primeiro na costa e depois no mato, entre o Camamú ao norte e o Espírito Santo ao sul (1). No entanto nos documentos paulistas aparecem os Tupinaquins, como assaltantes de Piratininga no século XVI. E António Rodrigues, vindo em 1553, ou pouco antes, de Assunção, ao Paraguai, por terra, até à costa de S. Vicente, diz: “Y asi me vine aquí, que son cerca de 360 legoas, por unos gentiles llamados Tupinachinas” (2).

Entre os Tupis e Goianazes da Capitania de S. Vicente era pois comum o nomadismo intermitente. Testemunha-o o P. Luiz da Grã na sua carta inédita de 8 de junho de 1556:

“O que maior dificuldade nos faz é a mudança contínua desta gente, que não atura em um lugar senão muito pouco. Porque como as casas de terra, que usam, ou de palma, não duram senão até tres ou quatro anos, vão fazer outras em outro lugar. E é também a causa, que, acabada uma novidade de mantimentos em uma parte, buscam outra em outra parte, derribando sempre para isso, matos, como fazem os brancos. E o pior é que não se mudam juntos senão espargidos. Isto faz que é necessário gastar o tempo com pouca gente; e esta, quando se gastaram três ou quatro anos com ela, muda-se e perde-se tudo, porque não é gente que persevere se os deixam; e os moços espargidos seguem a seus pais. São também tão sem cuidado que, se vão ao mar a fazer sal, demoram-se logo um ano; e se vão ao campo, muitos, primeiro que voltem” (3).

Sentiam os Padres a necessidade absoluta de fixar os índios ao solo para ganharem amor à terra, hábitos de trabalho, e os poderem catequizar.

(1) — A. Métraux, *La civilisation matérielle des Tribus Tupi-Guarani*, p., 14, Paris, 1928.

(2) — Antonio Rodrigues, *Bras.* 3 (1), 91v-93v.

(3) — Luiz da Grã, *Bras.* 3 (1), 148v.

O colégio de Piratininga foi, na Capitania de S. Vicente, o grande núcleo fixador, formando-se à sua roda uma série de aldeias, que vieram a ser mais tarde a melhor defesa de S. Paulo.

Da aldeia de Maniçoba ou Japiúba, que durou pouco, já falamos; de Mairanhaia ha apenas vaga referência, relativa a 1563, em Vasconcelos (4). Gerebatiba ou Jaraibatiba existia florescente em 1556, assim como Ibirapuêra, que neste ano se estabeleceu e ficava, na opinião de Azevedo Marques, na moderna vila de Santo Amaro (5).

Da vida que se levava em Gerebatiba deixou-nos descrição desenvolvida o P. Anchieta. Gerebatiba tinha o seu assento a duas léguas de Piratininga, a caminho do mar, e ali possuia terras o cacique, amigo dos Portugueses, João Caiubi. Ouçamos Anchieta, escrevendo de Piratininga: "Em Jaraibatiba, que dista daqui seis mil passos, e de que falamos nas anteriores, vai bem a doutrina cristã. Também aqui vão as mulheres duas vezes à igreja, e não poucos homens. Não faltam entre os índios, alguns que calculando bem a conta dos dias, em chegando ao sábado, se acaso se encontram a trabalhar no campo, deixam o trabalho e voltam à aldeia, para assistir no dia seguinte à missa solene. E o que é mais, nos outros dias que são de abstinência de carnes, eles se abstêm delas, mesmo quando se acham fora da Aldeia. Assim durante a quaresma, vivendo longe dos Irmãos (Jesuítas), quando outros comem carne, eles dando a razão de que já têm costumes cristãos, se abstêm de alimentos prohibidos. (...). Anda agora entre eles o P. Luiz (da Grã) trabalhando muito na catequese, ali e noutra aldeia, a dois mil passos dela, onde lança os fundamentos da fé. Visita-os com frequência, mas a sua residência é em Jaraibatiba. Depois de instruídos, uniu alguns em legítimo matrimónio. Baptizaram-se muitos inocentes, que foram para o Senhor. Também se tem cuidado em ensinar os meninos" (6).

(4) — Vasc., Crón., III, 31.

(5) — Azevedo Marques, Apontamentos, II, 144.

(6) — Anch., Annaes de Bibl. N. do Rio de Jan., XIX, 56. A tradução do Prof. Vieira de Almeida (Cartas de Anch., 89-90) é defeituosa. Em geral enfermam de iguais ou maiores deficiências as traduções portuguezas das cartas latinas da Companhia. Confronte quem souber a lingua do Lácio o texto das *Litterae Trimestres*, inserto nos *Annaes*, XLIX, 56-64, com a versão da-quele professor (Cartas de Anchieta, 395-405). Multiplicam-se os dislates, alguns verdadeiramente imprevisos. Urge a revisão e publicação critica de todos aquellos documentos, tão importantes para a historia do Brasil.

Tal é o modo típico duma aldeia do sul nestes começos. Jaraibatiba ou Gerebatiba não tardou a dispersar-se. Anchieta vendo perder-se o fruto da catequese, ou parte dele, pela instabilidade dos índios, e que eles ao retirarem-se para outros sítios, entregues a si-próprios, voltavam aos costumes antigos (excepto o de comer carne humana), lançou um olhar para as aldeias da Baía e ambicionou o mesmo para Piratininga: "Praza ao Senhor que chegue já o tempo desejado, como aconteceu aos da Baía, com cuja conversão se podem os nossos irmãos consolar; e entretanto rogarão a Nosso Senhor pela conversão dêstes" (7).

Estas más impressões de Anchieta são de 1560, vésperas antecipadas do grande ataque em que haviam de tomar parte alguns dos seus próprios discípulos. Mas, vencidos eles em 1562, e vencidos os Tamoios definitivamente em 1567, começou a firmar-se a autoridade dos brancos. E logo os Jesuítas, nas suas peregrinações apostólicas através das Aldeias dos arredores de S. Paulo (a princípio eram 12, diz Anchieta), a uma, duas e tres leguas, por água e por terra, começaram a recolher fruto realmente precioso na administração dos sacramentos e conquista da almas (8).

O discorrer por estas aldeias dispersas supõe trabalhos heróicos.

"Quasi sem cessar andamos visitando várias povoações assim dos Índios como de Portugueses, sem fazer caso das calmas e chuvas, grandes enchentes dos rios, e muitas vezes de noite por bosques mui escuros, a socorrer os enfermos, não sem grande trabalho, assim pela aspereza dos caminhos como pela incomodidade do tempo, maxime sendo tantas estas povoações, estando longe umas das outras, que não somos bastantes a acudir a tão várias necessidades como ocorrem, e, mesmo que fomos muitos mais, não poderíamos bastar. Ajunta-se a isto que nós que socorremos as necessidades dos outros, muitas vezes estamos adoentados, e, cansados de dores desfalecemos no caminho, de maneira que apenas o podemos acabar; e assim mais parece que temos necessidade de médico que os mesmos enfermos. Mas nada é árduo a quem tem por fim somente a honra de Deus e a salvação das almas, pelas quais não duvidamos dar a vida" (9).

(7) — Id., *Cartas*, 92-97; 166.

(8) — Id., *Ib.*, 258, 321; *Mon. Hist.*, *Borgia*, V, 441; *Vasc.*, *Crón.*, II, 11.

(9) — *Anch.*, *Cartas*, 149.

Nestas excursões apostólicas eram constantes os perigos; de cobras, por exemplo: uma que Anchieta matou e tinha muitos filhos; também de onças: uma que apareceu a um homem “por um caminho perto de Piratininga, por onde sempre vamos e voltamos” (10).

Para Jesuítas, que ponham todo o seu affecto no exercício da sua religião, a estes perigos acrescia um, resultante das enormes distâncias e dificuldades de transporte: de vez em quando faltavam os objectos indispensáveis para o culto, e viam-se privados de celebrar missa por falta de hóstias ou vinho (11).

Os frutos de tão altos sacrificios não se fizeram esperar não só para a civilização cristã, mas até para a expansão e unidade geográfica do Brasil: “a maior parte dos índios que a armada de Estácio de Sá levou consigo a povoar o Rio, diz Leonardo do Vale, em 1565, são os nossos discípulos de Piratininga, os quais tanto conhecimento têm do amor com que a Companhia os trata e trabalha por sua salvação, que, com terem bem que fazer em defender suas casas, e sabendo que se apregoava grande guerra contra eles, sofreram deixar suas mulheres e filhos, e repartirem-se por favorecer a armada, que sem eles, mui mal podia povoar. E lá andam ha seis meses, sofrendo mui grandes trabalhos de dia e de noite, por amor de nós, pelo que devem ser mui ajudados espiritualmente de todos” (12).

Com êste amor do índios à Companhia foi possível fixá-los mais à terra. Os Padres continuariam a missionar as aldeias dispersas; mas, no aldeamento dos índios, transformava-se em assistência intensiva uma actividade que, sem ele, era por natureza disseminada. Jerónimo Leitão, amigo dos Jesuítas, compreendeu todo o seu pensamento e colaborou na formação desses grupos estáveis, concedendo terras aos índios.

Assim a 12 de outubro de 1580 dá-lhas “de hoje para todo sempre”, porque “me enviaram a dizer os Indios de Piratininga da Aldeia dos Pinheiros e da Aldeia de Urarai por sua petição que os índios dos Pinheiros, até agora lavraram nas terras dos Padres, por serem índios cristãos e as ditas terras se vão acabando”. Os índios de Piratininga esperavam outros índios que haviam de chegar brevemente do sertão. E que se lhas não des-

(10) — Id., *ib.*, 115, 117.

(11) — Id., *ib.*, 144.

(12) — Vale, *CA*, 450.

“ser-lhes-á forçado irem viver tão longe que não possam ser doutrinados, o que não será serviço de Deus nem de El-Rei Nosso Senhor nem proveito dos portuguezes, os quais se defendem com ditos índios”.

Jerónimo Leitão deu seis leguas de terra em quadra, para os índios dos Pinheiros, em Carapicuíba, nas margens do Umbiaçaba, tanto de uma parte como de outra; e para os índios de Urarai outras seis leguas, ao longo do Rio Urarai, contíguas à sesmaria de João Ramalho” (13).

A *Informação do Brasil para Nosso Padre* dá conta de que em 1583 tinham os Jesuítas a seu cargo as duas referidas aldeias, onde se haviam juntado a maior parte dos índios que andavam dispersos, cêrca de mil almas, ao todo. A Aldeia de Nossa Senhora dos Pinheiros (Carapicuíba) distava uma légua de S. Paulo; a de S. Miguel de Urarai, duas leguas (14).

O P. Visitador Cristovão de Gouveia esteve em ambas estas Aldeias em 1585 e os “índios receberam-no com muita festa”, escreve Fernão Cardim. Em S. Miguel baptizou trinta adultos e casou “em lei de graça outros tantos” (15). Por essa ocasião ordenou o Visitador que morassem em cada aldeia dois Jesuítas

(13) — Registo Geral da Camara Mm. de S. Paulo, I, 354-356; Fr. Gaspar, *Memorias*, 3.<sup>a</sup> ed., 223.

(14) — *Anch.*, Cartas, 424, 316. O P. Francisco de Moraes, num certificado que faz em 1564 sôbre estas migrações dos índios de umas aldeias para as outras, escreve que “os índios dantes se tinham mudado da sua aldeja de Guapiranga para a de Carapicuíba (Certificado de 25 de junho de 1674, em Azevedo Marques, *Apontamentos*, I, 204). Segundo Francisco Eugenio de Toledo, os índios Goianazes foram transferidos do Ipiranga para a terra dos Pinheiros por Fernão Dias com o concurso de Anchieta (*Historia da Independencia do Brasil*, na *Rev. do Inst. Hist. e G. Brasileiro*, 161, p. 146). E com o mesmo concurso de Anchieta, diz Azevedo Marques, se fundou a povoação que deu origem á actual cidade de S. José dos Campos (*Apontamentos*, II, 150-151). Por sua vez Fr. Agostinho de Santa Maria cita, no *Santuario Mariano*, X, 160, quatro aldeias fundadas por Anchieta: S. Miguel, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora dos Pinheiros, Nossa Senhora do Maruim. Há confusão. E em lugar de Anchieta deve ler-se Jesuítas. Também a este respeito escreveu J. J. Machado de Oliveira uma *Noticia raciocinada sobre as aldeias de índios da Provincia de S. Paulo*, na *Rev. do Inst. H. e G. Bras.*, 8, 2.<sup>a</sup> ed. p. 204-254; e dá uma lista delas A. de Alcantara Machado em *Cartas de Anch.*, 343-344. Mas não distinguem suficientemente as aldeias do seculo XVI com as que se criaram em data posterior.

(15) — Fernão Cardim, *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, p. 355 Rio, 1925.

para ajudarem mais de propósito aos índios (16). Por falta de Padres a ordem não se cumpriu então, continuando a assistência espiritual dos índios a cargo dos Padres residentes em S. Paulo, que iam lá aos domingos alternadamente (17).

A vida destas aldeias seguiu o seu ritmo habitual até ao fim do século, intrecortada apenas pelo assalto dos Tupinaquins em 1590 e pelas desordens que periódicamente ali provocavam os brancos. Os colonos iam de vez em quando a estas aldeias de "goianazes" e faziam "dezaguizados", na frase pitoresca dos camaristas. Com isso, comunicavam à Câmara de S. Paulo, podia haver mortos e perda para a terra. Determinou portanto a Câmara, em 1583, que sem licença do Capitão Jerónimo Leitão não fôsse lá ninguém; e além disso que nenhuma pessoa construísse casa nessas aldeias "nem em seus arrabaldes a menos de duzentas braças". Mas podia pedir licença aos oficiais da Câmara (18).

Sobre isto houve dares e tomares. Porque êste assunto das aldeias andava intimamente ligado ao da liberdade dos índios, questão que se tinha vindo insinuando pouco e pouco. A protecção oficial e o mêdo dos próprios índios aldeados, impôs, ao comêço, respeito aos cobiçosos do trabalho alheio. Esta magna questão havia de assumir no século seguinte proporções trágicas. Entretanto, percebia-se já que o vulcão lavrava no sub-solo. Atiçavam-no, elementos na sua maioria adventícios.

Em todo o caso, durante o século XVI, os Paulistas, tirando alguns arrufos de momento, permaneceram fieis e unidos aos fundadores da sua terra (19).

(16) — *Ann. Litterae* 1585, p. 141, Roma, 1587.

(17) — *Anch. Cartas*, 316; Cristovão de Gouveia, *Bras.* 5, p. 18v.

(18) — *Actas da Câmara Municipal de S. Paulo*, I, 211;

(19) — Por exemplo escreve Azevedo Marques de José Ortiz de Camargo, filho de espanhois; "Exerceu na vila de S. Paulo todos os cargos da república, desde 1580 até 1614, tomando parte activa nas primeiras demonstrações contra os Padres da Companhia de Jesus" (*Apontamentos*, II, 35). Notemos que a grande questão dos índios foi com os que estavam sujeitos aos Jesuítas espanhois, e que a crise paulista foi também motivada pela intervenção do P. Tanho, igualmente estrangeiro. Êste assunto da liberdade dos índios requiere estudo á parte, nem pertence na sua fase aguda, ao século XVI. Recordemos simplesmente, desde já, o que diz Afonso de E. Taunay, o homem que melhor conhece a história paulista, vincando a diferença entre a colonização portuguesa e espanhola e a sua applicação a S. Paulo, onde se infiltrou tanta gente castelhana. A verificação histórica dêste factio explica muita coisa. Só no fim do século XVII, conclue Taunay, é que o laivo castelhano se dissolveu no bom senso e pacatez lusitana (*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*, I, 49).

## VIII — MINISTÉRIOS

Os trabalhos dos Jesuítas em S. Paulo, tanto com os índios como com os brancos, tiveram carácter de compenetração mais acentuado do que noutras partes pelo facto de serem eles os próprios fundadores. O colégio era o centro de toda a vida civil e social. E, ainda depois de se estabelecer em 1560 o Município, continuou a sê-lo por muito tempo.

Os negócios importantes da Câmara, apregoavam-se, ainda em 1585, “ao sair da missa o povo, junto da igreja de S. Paulo” (1). E quando os homens brancos iam à guerra, recolhiam-se as suas mulheres e filhos no alpendre da igreja, como sucedeu ainda na última década do século, em 1591 (2). O colégio era o refúgio de todos nas calamidades públicas, e o dispensário geral nas epidemias como a que assolou S. Paulo em 1561 (Câmaras de sangue e bexigas) (3). No princípio fizeram de clínicos; e não só no princípio: indo os Piratininganos socorrer a armada do Rio foram também os “barbeiros”. Encarregaram-se os Padres da cirurgia empírica do tempo (flebotomia) (4).

---

(1) — Actas da Câmara Municipal de S. Paulo, I, 265.

(2) — *Ib.*, I, 415.

(3) — *Anch.*, Cartas, 173; *Vasc.*, Crón., 116.

(4) — CA, 431. Sobre estas sangrias, médicos, doenças e remédios, cf. Alcântara Machado, *Vida e morte do Bandeirante*, p. 95 e seg., S. Paulo, 1929.

Em 1560 passou por S. Paulo um grande tufão “depois do sol posto”. O P. Luiz da Grã e Manuel de Chaves foram pela vila “visitando todos para saber se havia acontecido algum desastre com a caída das casas” (5).

Mais tarde, no dia 4 de novembro de 1574, havia de causar estragos uma chuva de granizo do tamanho de punhos e algum de “dois punhos” (6).

Toda a gente se vinha prover na botica do colégio. Remédios da terra; remédios de Portugal. O colégio dava-os. E o povo reconhecia “o grande cuidado que se tem com todas as suas necessidades assim espirituais como temporais” (7).

A Câmara de S. Paulo numa representação ao Capitão-mór Estácio de Sá (um dos sinatários era António de Mariz, o do *Guarani*) escreve o bem que os Jesuitas faziam às almas. Convertiam muitos índios, que se faziam cristãos, e diz: “o mosteiro de S. Paulo é uma das coisas melhores que ha nesta terra” (8).

Pelo que toca à vida espiritual, a-pesar de todas as dificuldades do comêço, já havia em 1560, alguns bons cristãos e muitos deles se confessavam e comungavam cada domingo; e era notável a assistência aos sermões e officios divinos (9).

Os ministérios dos Jesuitas em S. Paulo tinham, como em toda a parte, uma feição prática: luta contra a antropofagia, luta contra a superstição, luta contra as mancebias e todos os abusos; fomentavam a união do povo e das famílias, aprimoravam o culto, ensinavam cânticos, organizavam associações. Os Jesuitas serviam-se de métodos directos; aprendiam a língua brasílica e sistematizavam-na em moldes científicos; ensinavam à indústria os primeiros passos e em especial à agrícola e pastoril; utilizavam os recursos da terra, aclimatando plantas de outros continentes; e faziam de tudo isto elemento ou pretexto para a catequese. Citemos alguns factos mais característicos, do seu apostolado, como pontos de referênciã, que insinuem a linha geral da actividade jesuitica, na sua qualidade de religiosos pròpriamente ditos.

(5) — Anch., Cartas, 150-153.

(6) — António de Matos, *De prima institutione*, 30; *Fund... del Río de Henero*, 59, Bras. 12. ...

(7) — Blasques, CA, 431.

(8) — *Actas da Câmara Mun. de S. Paulo*, I, 44.

(9) — Anch., Cartas, 150-153.



Começemos por um facto succedido em 1573 que deve ficar histórico nos annaes da vida religiosa de S. Paulo.

Até esta data não havia o Santíssimo Sacramento na vila fora do Santo Sacrificio da Missa. O Provincial, visitando Piratininga neste anno, ordenou que se conservasse de modo permanente. E "fica-lhes agora companheiro naquêlle deserto" (10).

Para cultivar a piedade dos fieis instituiram os Jesuítas em 1583 uma cerimónia, ao mesmo tempo singela e brilhante, que seduziria Chateaubriand. Foi a festa ou Bênção das Rosas, que só nesta terra germinam, diz o cronista Anchieta. Inaugurou-se a Congregação de Nossa Senhora do Rosário com grandes festas. Depois da missa solene houve procissão. Os assistentes iam coroados de rosas brancas e outras flores. O sacerdote levava debaixo do pálio de seda uma linda imagem de Nossa Senhora, toda igualmente circundada de rosas escarlates (11).

Ter-se-ia perdido a lembrança desta suave Bênção das Rosas?

Em Piratininga estiveram todos os grandes Jesuítas do século XVI: Nóbrega, Anchieta, Grã, Beato Azevedo, Cardim, Cristovão de Gouveia, Tolosa, Beliarde, António e Pero Rodrigues. Às vezes a sua entrada era acompanhada de festivas demonstrações. Da do Visitador Gouveia, deixou-nos Fernão Cardim elegante notícia. Os principaes homens da cidade vieram recebê-los a três léguas da vila. "Todo o caminho foram escaramuçando e correndo seus ginetes, que os têm bons, e os campos são formosíssimos, e assim acompanhados com alguns vinte de cavallo, e nós também a cavallo, chegámos a uma cruz, que está situada sòbre a vila, adonde estava prestes um altar, debaixo de uma fresca ramada, e todo o mais caminho feito um jardim de ramos. Dalí levou o P. Visitador uma cruz de prata dourada com o Santo Lenho e outras reliquias, que o Padre deu àquella casa. E eu levava uma grande reliquia dos Santos Tebanos. Fomos em procissão até à igreja com uma dança de homens de espadas, e outra de meninos da escola. Todos iam dizendo seus ditos às santas reliquias. Chegando à igreja demos a beijar as reliquias ao povo. Ao dia seguinte disse o Padre Visitador missa com o diacono e sub-

---

(10) — Oliveira, *Annual do Collegio da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro*, Novembro de 1573, Bibliot. Nac. de Lisboa, fg. 4532, 37.

(11) — Anch., Bras., 8, 5v-7.

diacono, oficiado em canto de órgão pelos mancebos da terra. Houve jubileu plenário, confessou-se e comungou muita gente. Prêguei-lhes, (é Cardim quem fala, e o dia era 25 de janeiro de 1585) da conversão do Apóstolo. E em tudo se viu grande alegria e consolação no povo (12).

Como fez Cardim, prêgaram mais ou menos todos os Padres que passaram por S. Paulo. E prêgaram muito como aquele incansável Padre Luiz da Grã, que falava por dia três, quatro e cinco vezes, repartindo “o pão da doutrina aos famintos” (13); e o Ven. P. Anchieta, “que é muito doente, mas da sua muita caridade tira fôrças para servir ao Senhor que lhas dá, com muitas frequentes prêgações de que se tem ajudado muí de-veras os moradores d’alí; e seus companheiros o ajudam com farto trabalho, tanto que foi preciso recomendar que houvesse moderação (14).

A estas canceiras e disvelos como correspondiam os piratinhanos?

“Nesta terra não se podem mover sem os nossos”, escrevia Gonçalo de Oliveira em 1573 (15); e dez anos depois: os Nossos são “muito amados de toda aquela gente, índios e brancos”; “quasi filhos e feitura da Companhia” (16).

S. Paulo tinha então 120 fogos de moradores brancos, que nem sempre se entendiam entre si. Um facto repetido com frequência nas Cartas Anuas é a habilidade e eficácia dos Jesuítas para congraçar desavindos (17).

Tudo isto junto criou aquele *nescio quid* de mais virtude, devoção e afeição à Companhia de que fala Anchieta. E dava a razão: “porque também a vida do P. Leonardo Nunes era muito exemplar e convertia mais com obras que com palavras” (18). Esta razão do exemplo pode-se generalizar com justiça aos demais padres. Não houve aqui outro clero senão eles durante quasi

(12) — Cardim, **Tratados**, p. 354.

(13) — Anch., **Cartas**, 152; **CA**, 354.

(14) — **Ordinationes**, **Bras.** 2, f. 42v.

(15) — Oliveira, **Annual**, pag. citada.

(16) — Crist. de Gouveia, **Lus.** 69, 131-131v; **Informação**, **Cartas de Anchieta**, 424.

(17) — **Annuae Litt.** 1597, p. 498; Fernão Guerreiro, **Relação anual**, I, 386, 2.<sup>a</sup> ed. Coimbra, 1930; Pero Rodrigues, **Vida de Anch.**, **Annacs**, **XXIX**, 236-237.

(18) — Anch., **Cartas**, 315.

40 anos. Os Jesuítas eram mestres catequistas e párocos. Todos os trabalhos próprios dos Vigários: baptizar, confessar, casar e enterrar, estavam a seu cargo e o faziam "por caridade" (19).

Os Paulistas não queriam outros vigários, testemunham o mesmo Anchieta e Fernão Cardim em 1585. Foi preciso que os Jesuítas tomassem a iniciativa de proporem a sua vinda. E propuzeram-na, porque a Companhia, a fim de ficar mais livre para a catequese, ensino e missões, não pode assumir em virtude do seu Instituto o munus paroquial. Dentro da administração eclesiástica é necessário derimir certas questões ou impor multas. Para isto, enquanto exerceram os Jesuítas o officio de Vigários, havia (para se mostrar em tudo a sua isenção) um ouvidor, homem leigo, nomeado expressamente pelo Administrador do Rio de Janeiro, que tomava conhecimento de tais negócios. Dá notícia da existência deste ouvidor o P. Gouveia em 1584 (20). Os Jesuítas apontaram desde 1576 a situação especial de párocos em que se encontravam em S. Paulo. Indo a Roma como procurador do Brasil o P. Gregório Serrão, expôs no seu Memorial que em "Piratininga está uma vila de brancos e por não ter pároco exercitam os Padres este officio e por esta causa se enterram na nossa igreja os daquela vila". A resposta do P. Geral Everado Mercuriano foi: "Já que ali ha Portugueses, os Nossos devem fazer que eles tenham o seu pároco nomeado pelo Bispo". Lemos, à margem, com outra letra: "já o têm" (21).

Este *já o têm* deve ser posterior a 1591. No dia 31 de agosto deste ano foi a S. Paulo o Vigário de Santos, Jorge Rodrigues, e apresentou o Vigário Lourenço Dias Machado, com carta co-

(19) — Id. *ib.*, 321. Várias Cartas Anuas trazem a lista dos ministérios umas vezes englobados com os de Santos (*Ann. Litt.*, 1589, 470); outras separadamente (*Ann. Litt.*, 1584, 144; 1588, 322; 1589, 470; *Bras.* 15, 376v (1591) e 381 (1592)). Em 1592 a administração dos sacramentos em Piratininga pelos Padres da Companhia foi: 2.250 confissões; 1.250 comunhões; 90 baptismos; 10 casamentos. Muitas cartas dos primeiros tempos falam de baptismos de crianças e de adultos *in extremis* (*Anch.*, *Cartas*, 149).

(20) — *Crit. de Gouveia*, *Lus.* 69, 131v.

(21) — *Ordinationes*, *Bras.* 2, 24; *Lus.* 69, 131-131v; *Anch.*, *Bras.* 8, 5v-7; *Vasc.*, *Crón.*, II, 12, 84;

(22) — *Actas da Cãm. Mun. de S. Paulo*, I, 425-426; *Registo Geral*, I, 30-31; *Taunay*, *S. Paulo nos Primeiros Anos*, 48ss., Tours, 1920.

(23) — *Inventários e Testamentos*, I, 195, S. Paulo, 1920.

(24) — *Annotationes Annuae Providenciae Brasiliae Anni Domini 1597*, *Bras.* 15, f. 431.

mendaticia do Administrador Eclesiástico do Rio de Janeiro. A Câmara, que já desde 1588 desconhecer a necessidade de ter pároco próprio, aceitou a apresentação no dia seguinte e resolveu edificar a igreja paroquial à custa do povo (22).

A igreja não se construiu logo ou andava em obras no dia 15 de julho de 1599; neste dia Maria Álvares, fazendo o seu testamento, “pedia que o seu corpo fôsse enterrado na igreja dos Padres da Companhia que *ora serve de matriz*” (23).

A ãua de 1597 falando da *Capitania de Santos e Piratininga* (notemos esta toponímia singular) reflecte a mesma satisfação antiga. Nestas duas casas os Padres “são tão queridos que os moradores nada fazem de importância sem os consultar, *ita ab oppidanis in deliciis habentur ut ipsis inconsultis nullum prorsus lapidem moveant* (24). É o caso do Recolhimento de Nossa Senhora da Luz. Querendo um morador Domingos Luiz, o carvoeiro, deixar renda certa para o culto da primitiva cape'a, determinou que o administrador fôsse da sua geração, mas o que parecesse melhor à justiça ordinária e ao superior do Colégio de S. Paulo do nome de Jesus (25).

Termina o século, ou entra o seguinte, com esta informação do Provincial Pedro Rodrigues, que passou em S. Paulo a Páscoa de 1600. Era ali superior o P. Martim da Rocha. O Provincial mandou que ficasse o P. Manuel de Oliveira, por ser bom prêgador, e em atenção ao Governador Geral. Achou a todos, Padres e Irmãos, “com boa disposição, ocupados em ajudar ao próximo com nossos ministérios com edificação; os quais exercitam assim com a gente ordinária da terra como com a que lá tem consigo o governador Dom Francisco Sousa, que anda agora por aquelas partes por ordem de Sua Majestade sôbre as minas de prata e ouro. Está o Governador muito bem com os Padres e muito edificado na virtude de todos”. E como Dom Francisco de Sousa anda pela terra dentro “contra as bandas do Perú”, pode ser que fazendo-se novas povoações venham-se os índios “também chegando para nós, convidados com as pazes e bom tratamento de Sua Senhoria” (26).

Era o alargamento material e espiritual do Brasil que andava no pensamento de todos...

(25) — Azevedo Marques, *Apontamentos*, II, 129.

(26) — Pero Rodrigues, *Cartas da Baía*, a 19 de Dezembro de 1599 (*Bras.* 15, 437) e a 29 de Agosto de 1600, *Bras.* 3 (1), 170.

## ÍNDICE

I — Introdução .....	5
II — Fundação de S. Paulo de Piratininga .....	7
III — Edifícios .....	16
IV — A mudança de Santo André .....	18
V — Guerras .....	24
VI — Colégio de Jesus .....	33
VII — Aldeias .....	38
VIII — Ministérios .....	45

\*

O Autor não reviu as provas nem presidiu à edição d'êste opúsculo. Como é dever seu, agradece aqui publicamente ao Departamento Municipal de Cultura de São Paulo o evidente cuidado de revisão. Uma ou outra errata inevitável rectifica-se agora, para conservar, até final, à presente monografia o seu rigor científico.

Página:	Onde se lê:	Leia-se:
7, linha 23	— Nóbrega que tirara os meninos de S. Vicente e os colocara «em com o que viu	Nóbrega atravessou a serra e foi ver o Campo. Fi- cou maravilhado com o que viu
8, " 4	— eirara	tirara
nota 3	— <i>De Prime</i>	<i>De Prima</i>
12, " 18	— Jacques	Jacques
15, " 26	— dialogar como	dialogar com
16, linha 17	— feita de maneira	feita de madeira
22, nota 9	— <i>Acta</i>	<i>Actas</i>
23, " 14	— Frei Caspar	Frei Gaspar
	— em nota arrazoado	em nota o arrazoado
25, " 2	— Rôcha atribue	Rocha Pombo atribue
26, " 7	— Baltazar da Silva	Baltazar da Silva Lisboa

<i>Página:</i>	<i>Onde se lê:</i>	<i>Leia-se:</i>
28, » 11	— <i>aidés para les</i> — <i>attaquérent</i> — <i>cher brésilien</i> — <i>seizième siècle</i> , p. 243	<i>aidés par les</i> <i>attaquèrent</i> <i>chef brésilien</i> <i>seizième siècle</i> , p. 343
30, » 15	— Baronesa de Vasconcelos	Baroneza de Vassouras
31, » 21	— <i>Bras. 15, 347 v</i>	<i>Bras. 15, 374 v</i>
32, » 23	— 1596-1691	1590-1591
35, » 4	— possuir, bens	possuir bens
» »	— crentes de bens alheios	gerentes de bens alheios
38, linha 4	— estudo na vila de S. Vicente.	estudo de gramática. Como quer que seja, só alguns meses estiveram os estudos na vila de S. Vicente.
43, nota 14	— 1564	1674
45, » 4	— Alcântara	Alcântara
46, » 6	— <i>Bras. 12...</i>	<i>Bras. 12; Annaes, XIX, 138: «como bolas de iugar».</i>
48, linha 15	— <i>canseiras</i>	<i>canseiras</i>
nota 13	— <i>CA, 354</i>	<i>CA, 482</i>
49, » 20	— <i>Crit de Gouveia</i>	<i>Crist. de Gouveia</i>
» 24	— <i>Providentiãe</i>	<i>Provinciae</i>
50, linha 2	— a Câmara... desconhece- ra	a Câmara... reconhecera
» 28	— Francisco Sousa	Francisco de Sousa
» 31	— na virtude	da virtude
» »	— Frnacisco	Francisco
nota 26	— <i>Bras. 15, 437</i>	<i>Bras. 15, 473</i>









